

Coleção *serie*
PERSPECTIVAS LINGÜÍSTICAS/12

ORIENTAÇÃO:

Marta Coelho

Miriam Lemle

Yonne de Freitas Leite

FICHA CATALOGRÁFICA

(Preparada pelo Centro de Catalogação-na-fonte do
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, GB)

H184c Halliday, M. A. K.
As Ciências lingüísticas e o ensino de línguas
[por] M. A. K. Halliday, Angus McIntosh [e] Peter
Strevens; tradução de Myriam Freire Morau.
Petrópolis, Vozes, 1974.

352p. 21cm- (Perspectivas lingüísticas, 12).

Do original em inglês: The linguistic sciences
and language teaching.

Bibliografia.

1. Inglês — Estudo e ensino. 2. Línguas — Es-
tudo e ensino. 3. Lingüística. I. McIntosh, Angus.
II. Strevens, Peter. III. Título. IV. Série.

O

CDD - 407

410

420.7

CDU - 800:37

801

802.0(07)

74-0483

**EDITORA
VOZES**

AS CIÊNCIAS LINGÜÍSTICAS e o ensino de línguas

M. A. K. HALLIDAY *aut. 1*

Professor de Lingüística Geral
Universidade de Londres

ANGUS McINTOSH *aut. 2*

Professor "Forbes" de Língua Inglesa
Universidade de Edimburgo

PETER STREVS

Professor de Lingüística Aplicada
Universidade de Essex

Tradução de

MYRIAM FREIRE MORAU *aut. 3*



Petrópolis
1974



© M. A. K. Halliday, A. McIntosh e P. D. Stevens 1964
Título do original inglês:
The Linguistic Sciences and Language Teaching

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte dessa obra pode ser copiada, reproduzida ou transmitida sem prévia autorização dos que detêm os direitos.

Primeira edição 1964
Reimpressões em 1965, 1966, 1968 e 1970
Feito e Impresso na Grã Bretanha por William Clowes e Filhos Ltda., Londres e Beccles

A edição portuguesa foi obtida por intermédio da Longman Group Limited.

© 1974, da tradução portuguesa
Editora **Vozes** Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25.600 Petrópolis, RJ
Brasil

410
4184LP

DEDALUS - Acervo - FFLCH-LE

Ciências linguísticas e o ensino de línguas.

410
H184lp



21300043401

S-03.01.07-4

903692909

Sumário

Introdução	7
PARTE I	
As Ciências Linguísticas	19
<i>Capítulo 1</i>	
A Linguística e a Fonética	21
<i>Capítulo 2</i>	
A Linguística na Descrição da Língua	39
<i>Capítulo 3</i>	
A Fonética na Descrição da Língua	78
<i>Capítulo 4</i>	
Os Usuários e os Usos da Língua	98
<i>Capítulo 5</i>	
Comparação e Tradução	136
PARTE II	
As Ciências Linguísticas em Relação ao Ensino e ao Aprendizado das Línguas	162
<i>Capítulo 6</i>	
O Papel Fundamental da Linguística e da Fonética	165
<i>Capítulo 7</i>	
O Ensino e o Aprendizado das Línguas	208
<i>Capítulo 8</i>	
O Estudo da Língua Materna	257
<i>Capítulo 9</i>	
O Aprendizado das Línguas Estrangeiras	288
<i>Capítulo 10</i>	
O Inglês na Inglaterra e no Estrangeiro	309
Apêndice	338
Bibliografia Selecionada	345

CAPÍTULO 4

Os Usuários e os Usos da Língua

1 Nos capítulos 2 e 3 examinamos algumas teorias e métodos criados na lingüística e na fonética para descrever a maneira como a língua funciona. Conforme foi dito no capítulo 1, a descrição não é a única abordagem para o estudo da língua. Há outros ramos da lingüística. Assim, por exemplo, pode-se tratar a língua historicamente, mostrando como perdura e se modifica através do tempo. Na aplicação ao ensino da língua, a lingüística descritiva demonstra ser a mais importante. Mesmo para este propósito, porém, a descrição não é o único tipo de estudo lingüístico que tenha importância.

Nesta secção ocupamo-nos com o ramo da lingüística que trata, falando em termos mais gerais, da relação entre a língua e os homens que a usam. Isto inclui o estudo de comunidades lingüísticas, isoladas ou em contato, de variedades de línguas e de atitudes com relação à língua. Os vários assuntos especiais aqui tratados agrupam-se sob o nome de "lingüística institucional".

Não existe uma linha divisória nítida separando a lingüística institucional da descritiva; as duas, apesar de bastante distintas enquanto totalidades, fundem-se uma com a outra. O estudo do contexto conduz à análise de tipos de situação e dos usos da língua. A distinção descritiva entre língua falada e escrita naturalmente leva-nos a considerar as diversas variedades de língua que representam. Na lingüística institucional examinamos os mesmos dados, os fatos da língua, mas de diferente ponto de vista. A atenção concentra-se agora sobre os usuários da língua e sobre os usos que estes fazem dela.

Há muitos modos de descobrir padrões entre os indivíduos. Alguns padrões são evidentes, assim por exemplo cada ser humano ou é masculino ou é feminino com uma linha divisória bastante nítida entre os dois. Alguns padrões, igualmente óbvios,

são menos claramente demarcados. As pessoas ou são crianças ou adultos, mas não podemos ter certeza na atribuição dessas qualidades a um determinado indivíduo. Humoristicamente, podemos reconhecer toda espécie de padrões *ad hoc*, como a classificação dos bebês feita por W. S. Gilbert em "pequenos liberais" e "pequenos conservadores". Todas as sociedades humanas introduzem sua própria padronização: os indivíduos são introvertidos ou extrovertidos; negriformes, mongoliformes, caucasi-formes ou australiformes; empregados, autônomos, não empregados, ou desempregados. Neste caso, não há limites, embora as categorias, estatisticamente definidas e às vezes arbitrariamente, sejam bastante úteis. Outros padrões, tais como a cidadania nacional, recaem sobre nós, freqüentemente com critérios em conflito, pois cada Estado tende a possuir sua própria definição de cidadania.

Em lingüística, os homens agrupam-se de acordo com a língua ou as línguas que usam. Esta dimensão da padronização aplica-se às vezes fora da lingüística. Assim, uma nação, segundo um modo de ver, define-se tanto pela língua quanto por outros fatores. De outro lado, a categoria de "nação", politicamente definida, tem sido às vezes usada em lingüística para dar uma definição institucional de "uma língua". Neste sentido, "uma língua" é um contínuo de dialetos falados dentro das fronteiras de um Estado. Por este critério, o inglês britânico e o inglês americano são duas línguas, embora mutuamente inteligíveis. O chinês é uma única língua, embora o pequinês e o cantonês não sejam mutuamente inteligíveis. O flamengo, o holandês, o alemão, o alemão austríaco e o alemão suíço são cinco línguas, embora o emparelhamento de dialetos mutuamente inteligíveis e mutuamente ininteligíveis não siga de modo algum as várias fronteiras nacionais.

Esta não é a única maneira de definir "uma língua". Há tantas definições quanto critérios possíveis. Mesmo na lingüística institucional há vários critérios, cada qual dando em resultado uma definição que é útil para alguma finalidade determinada. O conceito de "uma língua" é demasiado importante para ser considerado como evidente, nem se torna menos poderoso pela existência de múltiplos critérios para defini-lo. Mas devemos ser cuidadosos em especificar a natureza desta categoria, quando a usamos.

usf
bol
x
É útil começar a lingüística institucional pela noção de COMUNIDADE LINGÜÍSTICA, e em seguida propor certas questões relativas a ela. A comunidade lingüística é um grupo de homens que se consideram a si mesmos falarem a mesma língua. Neste sentido há uma comunidade lingüística que é "o chinês", pois seus membros consideram que falam "chinês", e não pequinês, cantonês, etc. Não há uma comunidade lingüística formando "os escandinavos". Os noruegueses falam o norueguês, os dinamarqueses, o dinamarquês, os suecos, o sueco, não sendo estes considerados como "dialetos da língua escandinava", mesmo sendo afinal todos mutuamente inteligíveis. Os ingleses, os americanos, os canadenses, os australianos e outros chamam todos sua língua "inglês"; formam uma única comunidade lingüística.

Este método de reconhecer uma comunidade lingüística tem a vantagem de refletir a atitude dos falantes com relação à sua língua, e, com isso, ao modo em que a usam. Todos os homens que falam inglês, por exemplo, estão mais ou menos de acordo na maneira como este deve ser escrito. Ao mesmo tempo, como todas as categorias lingüísticas institucionais e a maioria das categorias fundamentais das sociedades humanas, não é uma divisão nítida, porque os homens não se distribuem em padrões delimitados. Há uma tendência minoritária entre os americanos no sentido de considerar que usam uma língua diferente da britânica, o que se reflete ainda em diminutas variações na ortografia. Mas é um erro exagerar esta distinção ou concluir dela que não existe uma comunidade lingüística de fala inglesa unificada.

Algumas das questões que podem ser feitas a respeito de uma comunidade lingüística e sua língua são as que se seguem. Primeiro, que acontece quando invade outras comunidades lingüísticas? Segundo, que variedades existem de sua língua? A segunda questão admite as seguintes subdivisões: variedades de acordo com os usuários (isto é, variedades no sentido de cada falante usar uma variedade e empregá-la todo o tempo) e variedades de acordo com o uso (isto é, no sentido de cada falante ter uma gama de variedades e escolhe entre elas em diferentes ocasiões). A variedade de acordo com o usuário é um DIALETO; a variedade de acordo com o uso é um REGISTRO. Terceiro, que atitudes os falantes manifestam com relação à sua língua e a alguma, ou todas, as suas variedades?

2 As situações em que uma comunidade lingüística choca-se com outra forma chamadas situações de "contato lingüístico". Estas situações caracterizam-se por graus variáveis de bilingüismo. Reconhece-se haver bilingüismo todas as vezes que o falante nativo de uma língua utiliza uma segunda língua, embora parcial ou imperfeitamente. Há assim um gradiente, que vai, no que respeita ao falante individual, da pessoa completamente monolingüe, numa extremidade, que somente usa sua própria língua materna ou "L1", passando pelos falantes bilingües, que utilizam em graus variáveis uma segunda língua ou "L2", até à outra extremidade, onde o falante tem o completo domínio de duas línguas e as utiliza para todos os fins, uma e outra. Este falante é um "ambilingüe".

Os verdadeiros falantes ambilingües são raros. A maioria das pessoas que julgamos serem bilingües restringem pelo menos uma de suas línguas para certos usos, e em qualquer determinada utilização uma ou outra das línguas tende a predominar. Há provavelmente em todo o mundo milhões de falantes ingleses L2 com alto grau de bilingüismo, que nem poderiam fazer amor nem lavar pratos em inglês, nem discutir medicina ou viagens espaciais em L1. Mesmo os indivíduos que aprenderam duas línguas desde que nasceram raramente realizam todas as atividades lingüísticas em ambas, havendo na maioria das vezes um certo grau de especialização.

Esta distinção entre uma L1 e uma L2, uma língua materna e outra não materna ou aprendida, não é evidentemente nítida. Ainda mais, atravessa o bilingüismo. Alguns falantes bilingües, inclusive aqueles ambilingües, são pessoas de quem se pode dizer que têm duas (eventualmente mais) línguas nativas. Não existe um critério exato para isto, mas poder-se-ia dizer arbitrariamente que qualquer língua aprendida pela criança antes da idade da instrução, com os pais, com outras pessoas que cuidam dela, como uma ama, ou com outras crianças, é um L1. É claro, entretanto, que somente uma pequena proporção daqueles que aprendem duas ou mais línguas desta maneira tornam-se falantes ambilingües, e inversamente nem todos os ambilingües têm duas L1.

Um aspecto freqüentemente observado nos indivíduos bilingües nativos, inclusive os ambilingües, é serem incapazes de fazer uma tradução entre uma L1 e a outra. Isto não quer dizer evidentemente que não possam aprender a traduzir de uma

para outra. Mas a tradução tem de ser aprendida por eles como uma operação distinta, que não se segue automaticamente da posse de dois conjuntos de hábitos lingüísticos nativos. Isto liga-se ao fato dos indivíduos com duas L1 não serem em geral verdadeiros ambilíngües, porque em geral especializam suas duas ou mais línguas nativas para usos diferentes. Mas isto não pode ser a única razão, pois mesmo as pessoas que se aproximam do verdadeiro ambilingüismo, ou chegam a atingi-lo, são ainda habitualmente incapazes de traduzir sem aprendizado. Parece que é característico de uma L1, definida segundo o modo acima indicado, operar como um conjunto distinto de padrões auto-suficientes nas situações em que é implicada a atividade lingüística. Por mais ambilíngüe que o falante seja, no sentido de não haver uma classe definida de situações em que não possa usar uma outra de suas línguas, há sempre alguma diferença entre as situações reais em que usa uma delas e as situações em que usa a outra, a saber, cada uma das duas associa-se a um grupo diferente de participantes.

Isto levanta a seguinte questão: até que ponto é única, ou são únicas, a língua materna, ou as línguas maternas, na vida do falante? Não se pode dar ainda uma resposta segura a esta pergunta. Está claro que para a grande maioria dos indivíduos bilíngües a L2 nunca substitui a L1 como modo de vida, nem há a intenção de proceder assim. Podemos desejar alcançar um alto grau de competência em uma ou mais línguas estrangeiras, mas em geral não esperamos por esse motivo perturbar o papel desempenhado em nossa vida pela língua pátria. Por outro lado, as pessoas que se transferem permanentemente para uma nova comunidade lingüística, quando se deslocam individualmente e não como uma família, podem abandonar pelo menos o uso ativo de sua língua materna, substituindo-a em toda a parte pela L2.

Isto por si mesmo não basta para assegurar um grau particular de conquista da L2. Alguns falantes contentam-se mais facilmente, não procurando, por exemplo, adotar os padrões fonéticos da L2 além do ponto em que venham a se tornar compreendidos pelos falantes nativos. Outros simplesmente não conseguem atingir o padrão de realização que consideram desejável. Deste modo, reduzem o papel desempenhado pela língua em sua vida. Por outro lado, não há claramente um limite superior na consecução de uma L2. O falante L2 pode viver uma vida normal,

completa, em sua comunidade lingüística adotiva, absorver a literatura desta e mesmo usar a língua para sua própria criação literária, conforme Conrad e Nabokov fizeram com tanto sucesso em inglês. É difícil dizer se a língua aprendida será sempre tão "infinitamente dócil", conforme declarou Nobokov, quanto a língua materna. Certamente, o usuário de uma L2 pode aprender a explorar seus recursos tão amplamente quanto os falantes nativos, e embora tenha mais consciência desses recursos do que a maioria dos falantes nativos, assemelha-se nisso simplesmente à minoria que aprendeu a ter consciência do modo como sua língua materna funciona, principalmente os escritores criadores, os críticos literários e os lingüistas. Mas, embora não se possa estabelecer um limite para o grau possível de domínio de uma L2, não resta dúvida que este nível de perfeição é raramente visado, e ainda mais raramente alcançado.

O falante individual, em contato com uma nova comunidade lingüística, pode reagir criando qualquer grau e tipo de bilingüismo dentro desta margem muito ampla. Sobre as comunidades lingüísticas em totalidade, nas situações de contato, certos padrões tendem a emergir. Às vezes a solução adotada, pelo menos a longo prazo, não é o bilingüismo. Acontece nesses casos ou uma comunidade lingüística abandonar sua própria língua e adotar a de outra, havendo aqui um período intermediário de bilingüismo, mas muito curto, ou desenvolver-se uma língua mista, que incorpora alguns aspectos de ambas.

Estas línguas mistas tiveram em geral o inglês ou o francês como um de seus componentes, e menos freqüentemente o holandês ou o português. Aquelas que permanecem restritas a certos usos, como aconteceu com várias, sem haver alcançado a plenitude dos recursos de uma língua, são chamadas "PIDGINS". Algumas misturas, porém, desenvolveram-se até formarem línguas completas, conhecidas como CRIOULAS. Em algumas regiões, por exemplo nas comunidades lingüísticas da Serra Leoa, Haiti, Maurício e Melanésia, as línguas crioulas são adquiridas pelas crianças como sua L1. Têm nessas áreas a plena situação de línguas comunitárias, não havendo necessariamente nenhuma espécie de bilingüismo. O fato da maioria das crianças dessas regiões deverem adquirir uma segunda língua como L2 na escola reflete a condição social das línguas mistas, mas nada prejudica quanto ao seu valor lingüístico como línguas comunitárias completas.

Em outros casos a solução a longo prazo constitui por assim dizer no bilingüismo institucionalizado. Este freqüentemente toma a forma de uma LINGUA FRANÇA. Uma língua vem a ser adotada como meio para certa atividade, ou atividades, que as comunidades de línguas diferentes executam em comum. Pode ser uma língua comum para o comércio, o ensino, a administração, a religião ou qualquer um de um grande número de objetivos. O uso determina quais os membros de cada comunidade lingüística serão os que a aprenderão.

O latim foi uma língua franca desta espécie durante um longo período da história da Europa. Em certos países conserva esta condição até o presente, embora em extensão muito restrita, como língua franca da religião. Entre outras línguas que foram línguas francas em certa época, em algumas áreas e para determinados usos, podemos citar as seguintes: árabe, malaio, hausa, o chinês clássico e o mandarim (pequinês), suahili, sânscrito, francês, russo e inglês. Como a língua franca normalmente serve a determinadas finalidades específicas, freqüentemente é uma parte mais ou menos claramente definível da língua aprendida como L2. Pode mesmo desenvolver-se uma variedade especial para ser usada como língua franca, como acontece com o hindustani e o "malaio de bazar". Estas são distintas na prática dos "pidgins" e das línguas crioulas mistas, pelo fato de cada uma delas conservar-se claramente como variedade de sua língua original, mas é difícil traçar uma distinção teórica exata.

Línguas como o inglês e o russo, hoje em dia largamente aprendidas em todo o mundo como segundas línguas, são um tipo de língua franca. Só constituem um caso especial no sentido de serem estudadas por uma quantidade inédita de pessoas e para uma ampla gama de finalidades, algumas das quais novas. Em qualquer estudo sério dos problemas e métodos do ensino do inglês como segunda língua é importante descobrir quais são estas finalidades, como se diferenciam nas diversas áreas, de acordo com as necessidades dos vários indivíduos. Possivelmente a principal finalidade comum a todas as áreas onde o inglês é estudado como L2 é o uso no estudo da ciência e da tecnologia. Mas há numerosas outras finalidades, educacionais, administrativas, jurídicas, comerciais, etc., com importância variável e diversamente procuradas em países distintos.

A tarefa de tornar-se bilíngüe em inglês, como L2, não é a mesma em todas estas diversas circunstâncias. Não é honesto por parte dos que lutam com a língua, tanto para aprendê-la

como para ensiná-la, pretender que essa tarefa seja a mesma. O inglês é "uma língua" no sentido de não ser russo ou hindi. Dois fatos quaisquer em inglês são fatos da "mesma língua", mas se quisermos ensinar o que chamamos "uma língua", quer seja o inglês ou outra qualquer, como segunda ou na verdade também como primeira língua, devemos examinar um pouco mais de perto a natureza das variedades nela existentes.

3 Em determinada dimensão, a variedade de uma língua que um indivíduo usa é determinada por quem ele é. Todo falante aprendeu, como sua L1, uma particular variedade da língua de sua comunidade lingüística, e esta variedade pode ser diferente em algum, ou em todos, os níveis de outras variedades da mesma língua aprendidas por outros falantes como sua L1. Tal variedade, identificada segundo esta dimensão, chama-se um "dialeto".

Em geral, quando dizemos "quem ele é", para a presente finalidade significa "de onde ele vem". Em muitas comunidades lingüísticas no mundo é a região de origem que determina a variedade dialetal da língua que um falante emprega. Na China, fala cantonês quem procede de Cantão, pequinês quem é de Pequim e iunanês se o indivíduo provém de Iunan.

Os dialetos regionais são em geral agrupados pela comunidade em áreas dialéticas maiores, podendo, naturalmente, haver considerável diferenciação no interior de cada área. Os dialetos falados em Cantão, Toichan, Chungchan e Seiiap, todos na província de Kuangtung, distinguem-se claramente uns dos outros, mas são todos reunidos sob o nome geral de "cantonês".

No cantonês as variedades locais formam um contínuo, no qual cada uma se assemelhará às suas vizinhas mais estreitamente por um lado do que a outras, situadas mais longe. Entre as grandes áreas dialetais em geral há também um contínuo. Pode haver uma fronteira dialetal mais ou menos clara, onde a ocorrência de um feixe de ISOGLOSSAS (linhas que separam uma região, onde se encontra um aspecto gramatical, léxico, fonológico ou fonético, de outra região, que tem um aspecto diferente no mesmo lugar da língua) mostra que existe um grande número de aspectos pelos quais os dialetos, por ambos os lados, diferenciam-se uns dos outros, sem que o contínuo seja inteiramente rompido. Assim, há uma distinção muito clara entre o cantonês e o mandarim na área onde os dois se encontram em Kuangsi,

e há na verdade uma faixa do país onde os dois coexistem, com muitas aldeias onde algumas famílias falam cantonês e outras mandarim. Entretanto, a variedade do cantonês falado nesta região dialetal fronteiriça está mais próxima do mandarim do que outras variedades do cantonês, e o mandarim está mais próximo do cantonês do que de outras variedades do mandarim.

Esta situação representa uma espécie de mediana entre dois extremos, um contínuo ininterrupto de um lado, como entre o mandarim e a região dialetal "wu" ou do baixo langtsze, e um corte nítido do outro lado, como entre o cantonês e o hakka em Kuangtung. Neste caso, a razão do corte é que os falantes hakka vieram como imigrantes do norte aproximadamente mil anos depois do povoamento primitivo de Kuangtung pelos antepassados dos modernos falantes cantoneses.

Este padrão dialetal geral apresenta-se, de uma forma ou de outra, em todo o mundo. Um caso de larga variedade dialetal na Europa moderna é oferecido pelo alemão. Temos de reconhecer aqui três, e possivelmente quatro, diferentes comunidades lingüísticas. Os flamengos na Bélgica falam flamengo, embora este seja agora oficialmente considerado como uma variedade do holandês. Os holandeses falam holandês; os falantes germânicos na Suíça, julgam em geral que falam um "suíço-alemão" distinto. Os alemães e os austríacos, e em certas circunstâncias os suíços, consideram que falam alemão. Mas em toda esta área há um contínuo dialetal ininterrupto, havendo muito poucos casos de uma fronteira dialetal nítida, estendendo-se do alto alemão da Suíça, Áustria e Baviera até o baixo alemão da Alemanha do Noroeste, Holanda e Bélgica.

- A condição normal da língua é modificar-se, e nas ocasiões e nos lugares onde há pequena mobilidade entre as comunidades dialetais, nada existe que determine os diversos dialetos de uma língua a se modificarem na mesma direção. Em tais condições os dialetos tendem a divergir uns dos outros em todos os níveis, principalmente talvez na fonologia e na fonética. Pode acontecer que se perca a inteligibilidade mútua, sendo a comunidade lingüística, por assim dizer, quebrada em regiões dialetais, a tal ponto que há muitos pares de regiões cujos falantes não se compreendem uns aos outros. Foi o que aconteceu na China. Há seis dialetos principais na China moderna: mandarim, cantonês, wu, min do norte, min do sul e hakka, cada um dos quais é mutuamente ininteligível para todos os outros.

Esta situação tende a resolver-se pelo surgimento de um dialeto como língua franca. Na China, a língua franca falada tem sido tradicionalmente a forma pequinesa do dialeto mandarim, mas no tempo do império muito poucas pessoas fora da área onde se falava o mandarim aprendiam esta última língua, a não ser que fossem funcionários governamentais. O mandarim era a língua da administração e de uma parte da literatura, mas o chinês clássico continuava como língua franca para a maioria das finalidades da escrita, sendo suplementado como meio educacional, pelos dialetos regionais, uma vez que não podia mais funcionar como língua falada. Na China nacionalista foi feito certo progresso no sentido de introduzir o mandarim como "segunda língua" nas escolas, e o processo continuou na China comunista, onde, com a expansão das facilidades educacionais, ensina-se agora regularmente o mandarim em alguma série do currículo escolar. Na verdade, está se tornando uma língua "nacional" ou "padrão".

Um processo semelhante ocorreu na Alemanha. O "alemão padrão" sem dúvida só é "padrão" para a comunidade lingüística que se considera como falando alemão (não se limitando contudo à própria Alemanha). O conceito de padrão é definido com relação à comunidade lingüística. Para um holandês, "padrão" só pode significar o holandês padrão, e não o alemão padrão.

Na Alemanha, e o mesmo acontece na China, não há indicação de que o dialeto escolhido como língua "padrão" seja melhor do que qualquer outro. Um Estado moderno necessita de uma língua franca para seus cidadãos, havendo razões históricas que conduzem à escolha de um dialeto de preferência a outro. Pode ter sido aquele que primeiro foi escrito, ou ser a língua da capital, ou ainda, como na Alemanha, incluir uma mistura um tanto artificial de aspectos derivados dos diferentes dialetos. Tampouco estamos indicando que as pessoas que aprendem a língua padrão possam falá-la de maneira exatamente igual. O objetivo é a inteligibilidade para todos os fins da comunicação, e se um cantonês fala mandarim, como faz a maioria, com sotaque cantonês, desde que isto não afete a compreensão, ninguém procurará fazê-lo deixar de falar nem indicará que seu desempenho é inferior, ou que seja uma pessoa menos digna.

Na história da língua inglesa os dialetos seguiram o padrão habitual. No século XV a Inglaterra era um contínuo de dialetos regionais, onde havia, quase certamente, alguma ininteligibilidade

mútua. Com o surgimento do urbanismo e do Estado moderno, nasceu uma língua padrão, que foi basicamente a forma londrina do dialeto do sudeste do Midland, mas com alguns aspectos derivados de áreas vizinhas, especialmente do Midland centro-meridional. A ortografia, que no Médio Inglês variava de região para região, tornou-se cada vez mais padronizada, de acordo com as convenções próprias deste dialeto. Tal como em outros países, para facilitar a comunicação, desenvolveu-se a noção de ortografia "correta". No fim do século XVII esperava-se que as pessoas educadas escrevessem de modo igual, embora em tempos mais antigos fosse tolerado o individualismo na ortografia, tal como tinha sido (e ainda é) na pronúncia.

O aparecimento de uma língua padrão dá origem ao fenómeno do "sotaque", que é coisa muito diferente de "dialeto". Quando aprendemos uma língua estrangeira, normalmente transferimos padrões de nossa própria língua materna para a que estamos aprendendo. Estes padrões podem encontrar-se em qualquer nível. Os da forma, porém, e a maioria dos referentes à fonologia e à ortografia, tendem a ser progressivamente eliminados. Isto acontece porque podem prejudicar seriamente a compreensão. Relacionam-se menos diretamente uns com os outros, e por isso se reforçam menos e são mais fáceis de corrigir quando observados, porque não são padrões de atividade muscular. Com os padrões fonéticos, por outro lado, há maior tolerância de compreensão, mais reforço e dificuldade muito maior na correção, mesmo quando são observados. Noutras palavras, a transferência dos hábitos fonéticos é mais fácil de tolerar e mais difícil de evitar do que a transferência nos outros níveis. Assim, habitualmente falamos com um "sotaque estrangeiro", mesmo quando nossa gramática e nosso léxico estão em plena conformidade com os padrões nativos da língua aprendida.

O mesmo acontece também quando um falante aprende um segundo dialeto. Geralmente fala-o com "sotaque", isto é, com aspectos fonéticos de seu dialeto materno. A aprendizagem de uma língua padrão é simplesmente a aprendizagem de um segundo dialeto, aquele que casualmente veio a ser "padronizado". A maior parte dos falantes, aprendendo a língua padrão de sua comunidade, continuam a falar com a fonética de seu dialeto materno, sem que haja em geral perda de compreensão.

É muito normal nos membros de uma comunidade lingüística que tem uma língua padrão a continuação do uso do dialeto materno quanto do aprendido (padrão) em diferentes situações

durante a vida. Isto acontece regularmente na China, e mesmo na Alemanha. Mas, enquanto numa comunidade rural, onde há menos movimento de pessoas, o dialeto materno seja adequado à maior parte das situações, numa comunidade urbana as exigências relativas ao dialeto materno e ao dialeto padrão acham-se invertidas. A população, provavelmente, é constituída de falantes de vários dialetos diferentes, de modo que a língua padrão torna-se entre eles uma língua franca. Ademais, é maior a mobilidade no interior das cidades e entre estas.

Como conseqüência, muitos falantes abandonam inteiramente seu dialeto materno, uma vez que são muito poucas as situações que têm para usá-lo, e o substituem pela língua padrão. Assim procedendo, transferem para a língua padrão a fonética do dialeto nativo, falando-a com um "sotaque" regional. Com o correr do tempo, esta forma da língua padrão com acento regional vem a ser considerada, ela própria, como um dialeto. Hoje, por exemplo, as pessoas usam um termo "dialeto" de Yorkshire igualmente para se referirem à fala de Leeds, que é inglês padrão com a fonética generalizada de West Riding, e à fala de Upper Wharfedale, que é um dialeto de West Riding "original". Como as formas da fala urbana se expandem para fora a expensas das formas rurais, os dialetos da Inglaterra estabelecidos há mais tempo estão desaparecendo, substituídos pela linguagem padrão falada com os vários sotaques regionais.

Este processo pode acontecer em qualquer lugar onde haja um alto grau de industrialização e o conseqüente crescimento das cidades. O que é peculiar à Inglaterra, contudo, é a extensão em que, simultaneamente com este processo, entrou em vigor uma nova dimensão da diferenciação dialetal. Na maioria dos países, mesmo os altamente industrializados, como a Alemanha, a maneira de uma pessoa falar é determinada pelo lugar de onde provém. Ou fala o dialeto regional ou a língua padrão com sotaque regional. Na Inglaterra, entretanto, e em menor extensão na França, Escócia, Austrália e Estados Unidos, a fala de uma pessoa não é determinada somente pela região de onde provém mas também pela classe de que procede, ou pela classe na qual se esforça em penetrar. Nossos dialetos e sotaques há muito não são mais simplesmente regionais; são regionais e sociais, ou "sócio-regionais". Em nenhuma parte do mundo este aspecto se encontra com a forma extrema que alcançou na Inglaterra. É um aspecto da vida inglesa, que constantemente surpreende os ale-

mães e outros, em cuja mitologia nacional os fatos, ou uma certa versão deles, penetraram.

A estrutura dialetal da Inglaterra hoje em dia pode ser representada por uma pirâmide. O plano vertical representa a classe, e o horizontal, a região. Na base há uma ampla diferenciação regional, mais ampla entre os trabalhadores na agricultura e os que recebem os menores salários na indústria. À medida que se sobe na escala sócio-econômica, a variedade dialetal correspondente à região diminui. Finalmente, no vértice não há qualquer diferenciação regional, exceto talvez os delicados matizes que separam Cambridge de Oxford, entre si e do resto do país.

Esta variedade regionalmente neutra do inglês, às vezes chamada "PA", que significa "pronúncia admitida (isto é, geralmente aceita)", dá prestígio e pode ser adquirida em qualquer fase da vida. Tende a ser ensinada pelo exemplo mais do que pela instrução. Certas instituições, principalmente as escolas preparatórias e públicas, criam, como parte de sua função, as condições em que essa pronúncia pode ser aprendida. O falante dessa forma de inglês tem, como é bem conhecido, muitas vantagens sociais e econômicas. Há, por exemplo, muitos postos para os quais será automaticamente preferido com relação a um candidato que não a fala. Se há muitos postos em que o contrário é a verdade, como se pretende às vezes, estes são postos para os quais provavelmente não surge séria competição.

Quando um falante declara qual a língua que considera falar, está definindo uma comunidade lingüística. Por implicação, uma comunidade lingüística pode ser regionalmente delimitada, embora as fronteiras nacionais possam entrar na definição da região. Quando o indivíduo declara qual o dialeto que fala, está definindo uma comunidade dialetal. Ainda aqui, a delimitação implicada é normalmente regional, mas há alguns países, especialmente a Inglaterra, onde é sócio-regional. Se a comunidade tem uma língua padrão, pode haver não somente dialetos mas também sotaques, ou noutras palavras, "novos dialetos", variedades da língua padrão com modelos fonéticos regionais ou sócio-regionais. A linha divisória entre dialeto e sotaque frequentemente não é nítida, e o falante pode dificilmente combinar os dois. Todas as suas observações, especialmente as referentes ao dialeto e ao sotaque, podem receber a tonalidade de juízos de valor. Deixamos, porém, a discussão deste assunto para a secção final do presente capítulo.

4 Um dialeto é uma variedade de uma língua diferenciado de acordo com o usuário: grupos diferentes de pessoas no interior da comunidade lingüística falam diferentes dialetos. É possível, também, reconhecer variedades de uma língua segundo uma outra dimensão, diferenciada de acordo com o uso. A língua varia ao variar sua função, e difere em situações diversas. O nome dado a uma variedade de uma língua diferenciada de acordo com o uso é "registro".

A categoria de "registro" é exigida quando desejamos explicar o que os homens fazem com sua língua. Quando observamos a atividade lingüística nos vários contextos onde se realiza, encontramos diferenças no tipo de língua escolhido como adequado aos vários tipos de situação. Não é preciso grande esforço para mostrar que um comentário esportivo, um serviço religioso ou uma lição escolar são lingüisticamente inteiramente distintos. Uma única frase de qualquer destes tipos de situação, e de muitos outros mais, bastaria-nos para identificá-lo corretamente. Sabemos, por exemplo, de onde procedem as expressões "an early announcement is expected" e "apologies for absence were received"; estes modos de falar não são simplesmente variantes livres de "we ought to hear soon" e "was sorry he couldn't make it".

Não é o fato ou a situação a respeito da qual se fala que determina a escolha, mas a convenção segundo a qual um certo tipo de língua é adequado a um certo uso. Ficaríamos surpreendidos, por exemplo, se na caixa de nossa pasta de dentes fosse anunciado que o produto era "just right for cleaning false teeth" em vez de "ideal for cleansing artificial dentures". Podemos frequentemente adivinhar a fonte de um trecho de inglês pela familiaridade com seu uso: "mix well" provém provavelmente de uma receita, embora a ação de misturar não se limite de modo algum à cozinha, e "mixes well" seja encontrado mais provavelmente em um atestado.

A escolha de elementos tomados de um registro errôneo e a mistura de elementos provenientes de diferentes registros contam-se entre os erros mais freqüentes cometidos pelos falantes não nativos de uma língua. Se um falante de inglês L2 usa na conversa uma oração dependente com a forma modal "should", tal como "should you like another pint of beer...", onde o natural do país usaria uma oração dependente com "if", está escolhendo no registro errôneo. Uma transferência desta espécie

não se limita aos estrangeiros. O escolar nativo pode fazer a transferência na direção oposta, escrevendo em seu ensaio sobre Shakespeare "it was all up with Lear, who couldn't take any more of it".

O humorismo lingüístico freqüentemente depende da escolha inadequada e da mistura dos registros. P. G. Wodehouse explora com muita eficiência esse recurso. Há cinquenta anos atrás o falecido George Robey costumava recitar uma versão de "The house that Jack built" que terminava da seguinte maneira: "... that disturbed the equanimity of the domesticated feline mammal that exterminated the noxious rodent that masticated the farinaceous produce deposited in the domiciliary edifice erected by Master John".

Os dialetos tendem a diferenciar-se primordialmente, e sempre em alguma extensão, na substância. Os registros, por outro lado, diferenciam-se primordialmente na forma. Alguns registros, é verdade, têm aspectos distintivos em outros níveis, por exemplo, a qualidade da voz associada ao registro dos serviços eclesiásticos. Mas os critérios essenciais de qualquer registro encontram-se na sua gramática e no seu léxico. Provavelmente os aspectos léxicos sejam os mais evidentes. Alguns elementos léxicos bastam, quase sozinhos, para identificar um determinado registro: "cleanse" indica-nos a linguagem dos anúncios, "probe" a dos jornais, especialmente os cabeçalhos, "tablespoonful" encontra-se nas receitas ou prescrições, "neckline" na linguagem referente à moda ou nas instruções para a confecção de vestidos. Os sinais mais claros de um determinado registro são os termos técnicos científicos, exceto aqueles que pertencem a mais de uma ciência, como "morphology" em biologia e em lingüística.

Muitas vezes não é o elemento léxico isolado mas a colocação de dois ou mais elementos léxicos que se mostra específica de um registro. "Kick" é presumivelmente neutro, mas "free kick" pertence à linguagem do futebol. Comparem-se as expressões "top twenty" do locutor de programa de gravações, "thinned right down" usada no cabelereiro (mas "thinned out" no jardim) e a colocação de "heart" e "bid", em contraste com "heart" e "beat".

As distinções puramente gramaticais entre os diferentes registros são menos notáveis e no entanto pode haver considerável variação também na gramática. Os casos extremos são os cabeçalhos dos jornais e os serviços eclesiásticos, mas muitos outros

registros, tais como os comentários esportivos e as canções populares, apresentam características gramaticais específicas. Às vezes, por exemplo na linguagem dos anúncios, a combinação de aspectos gramaticais e léxicos é que é distintiva. "Pioneers in self-drive car hire" é uma amostra de uma estrutura gramatical muito restrita. A colocação dos últimos quatro elementos léxicos é bastante normal em outras estruturas, como em "why don't you hire a car and drive yourself?", mas a ocorrência deles nesta estrutura e a colocação junto a um elemento como "pioneers" ou "specialist" é facilmente identificável como um "slogan" de anúncio.

Os registros não são variedades marginais ou especiais de linguagem. Em conjunto abrangem a totalidade de nossa atividade lingüística. Somente com referência às várias situações e tipos de situações em que a linguagem é usada podemos compreender seu funcionamento e eficácia. A língua não se realiza em abstrato, mas se realiza como atividade dos homens em situações, como fatos lingüísticos manifestos em um determinado dialeto e registro.

Ninguém sugere evidentemente que os vários registros característicos de diferentes tipos de situação nada tenham em comum. Pelo contrário, uma grande quantidade de material gramatical e léxico é comum a muitos dos registros de determinada língua e alguns materiais talvez sejam comuns a todos. Se não fosse assim não poderíamos falar de "uma língua" neste sentido, assim como não poderíamos falar de "uma língua" no sentido de um contínuo dialetal se não houvesse muita coisa em comum entre os diferentes dialetos.

Mas costuma haver mais diferença entre os fatos em diferentes registros do que entre os diferentes fatos em um mesmo registro. Se deixarmos de observar essas diferenças de registro estaremos ignorando um importante aspecto da natureza e funcionamento da língua. Nossas descrições das línguas seriam inexatas e nossas tentativas de ensiná-las a estrangeiros tornar-se-iam imensamente mais difíceis.

Os registros definem-se por suas propriedades formais. Se duas amostras da atividade lingüística tomadas daquilo que, por motivos não lingüísticos, poderia ser considerado como situações típicas diferentes não apresentam diferenças na gramática ou no léxico, tais amostras são atribuídas a um só e mesmo registro. Para a finalidade da descrição da língua, há aqui somente uma situação típica, e não duas. Por essa razão exige-se uma grande quantidade de análises lingüísticas antes que os registros possam ser identificados e descritos. Uma coisa é fazer uma descrição

geral do inglês, explicando, até certo grau de finura, todos os aspectos encontrados em uma ou outra variedade da língua. A maioria dos falantes nativos concordarão no que é, e no que não é, possível, sendo as áreas de discordância marginais. Outra coisa, muito diversa, é descobrir as características especiais de um dado registro, por exemplo, descrever a língua das consultas entre o médico e o doente no consultório.

Para este fim é necessário um número muito grande de amostras de material de texto. Além disso, grande parte da atividade lingüística que se deve estudar realiza-se em situações onde é praticamente impossível fazer gravações. Por conseguinte, não é de surpreender que até agora se conheça muito pouco a respeito dos vários registros do inglês falado. Mesmo os estudos da língua escrita só recentemente começaram a ser feitos deste ponto de vista. Por esta razão não estamos ainda em condições de falar com exatidão sobre os registros, havendo muito trabalho para ser feito antes do conceito ser capaz de aplicação detalhada.

Embora não disponhamos ainda de uma descrição detalhada dos registros de uma língua baseada nas propriedades formais dela, é entretanto útil referir-se a este tipo de variedade lingüística do ponto de vista da lingüística institucional. Já há um número suficiente de dados para podermos reconhecer os principais tipos de situação a que os diversos registros correspondem formalmente, podendo outros serem previstos e definidos a partir de uma posição exterior à língua. Foi proposto para este fim uma certa quantidade de diversas linhas de demarcação. Parece muito útil introduzir uma classificação segundo três dimensões, cada qual representando um aspecto das situações em que a língua atua e a parte desempenhada nelas pela língua. Os registros, nesse modo de ver, podem distinguir-se de acordo com o campo do discurso, o modo do discurso e o estilo do discurso.

O "campo do discurso" refere-se àquilo que está acontecendo, à área de operação da atividade lingüística. Sob este título, os registros classificam-se de acordo com a natureza do fato total, do qual a atividade lingüística constitui uma parte. No tipo de situação em que a atividade lingüística responde praticamente pela totalidade da atividade significativa, tal como num ensaio, numa discussão ou num seminário acadêmico, o campo do discurso é o assunto. Nesta dimensão da classificação podemos reconhecer registros tais como política e relações pessoais, e registros técnicos, como a biologia e a matemática.

Há, por outro lado, situações em que a atividade lingüística raramente desempenha mais do que uma parte secundária. Aqui o campo do discurso refere-se ao fato inteiro. Neste sentido há, por exemplo, um registro dos serviços domésticos: "hoovering the carpets" implica uma atividade lingüística que, embora marginal, contribui para o fato total. Ao mesmo tempo a atividade lingüística em uma situação pode não ter relações com outras atividades. Pode mesmo retardá-las em vez de adiantá-las, como quando dois homens discutem política enquanto estão trabalhando. Neste caso a atividade lingüística não faz parte do fato "trabalhar", e o campo do discurso é o da política.

Os registros classificados de acordo com o campo do discurso incluem assim tanto os técnicos quanto os não-técnicos, as compras e os jogos, assim como a medicina e a lingüística. Nenhum dos dois limita-se a um único tipo de situação. Pode ser que os registros mais técnicos prestem-se especialmente à atividade lingüística do tipo das discussões, onde há poucos fatos, se é que há alguns, de natureza não lingüística. Os registros não técnicos prestam-se à atividade lingüística funcional ou operacional, onde podemos observar a língua sendo usada como meio de realização. Mas em última análise não existe campo de atividade que não possa ser discutido e igualmente não há nenhum em que a língua não possa desempenhar algum papel na execução das coisas. Talvez nossa atividade lingüística mais puramente operacional seja constituída de "comunhão por fórmulas feitas ou sons sem sentido", a língua do estabelecimento e manutenção de relações sociais. Esta inclui expressões verbais tais como "how do you do!" e "See you!" e certamente não é técnica, exceto talvez no inglês britânico onde recobre em parte o registro da meteorologia. Mas a atividade lingüística do instrutor na escola de dança, do electricista e seu assistente, do doente consultando o médico no consultório ou dos pesquisadores na execução de uma experiência de laboratório, por mais técnica que possa ser, funciona claramente como meio de atuação e controle.

Isto conduz ao "modo do discurso", pois se refere ao meio ou ao modo da atividade lingüística, e é este aspecto que determina o papel desempenhado pela atividade lingüística numa situação, ou antes se correlaciona com ela. A distinção primordial a fazer nesta dimensão é a que existe entre língua falada e escrita, uma vez que as duas têm diferentes funções de acordo com a situação. A este respeito, a leitura em voz alta é um caso especial da língua escrita mais do que da língua falada.

A extensão da diferenciação formal entre língua falada e escrita variou enormemente entre diferentes comunidades lingüísticas e em diversos períodos. Alcançou o máximo quando, tal como se deu na Europa medieval, o meio de comunicação escrita normal de uma comunidade era uma língua clássica, ininteligível a não ser que fosse aprendida por instrução. O latim, o árabe clássico, o sânscrito e o chinês clássico foram todos usados com essa função. Comparativamente, as variedades falada e escrita da maioria das línguas modernas são extremamente próximas. As duas variedades do francês provavelmente diferenciam-se mais do que as do inglês, pois mesmo na ficção popular o francês usa o tempo passado simples (pretérito) na narrativa. Mas o inglês falado e o escrito não são de modo algum formalmente idênticos. Diferem tanto na gramática quanto no léxico, conforme qualquer pessoa gravando ou transcrevendo uma conversa pode verificar.

Nesses modos primordiais, e permeando-os até certo ponto, podemos reconhecer novos registros, tais como a língua dos jornais, da publicidade, da conversa e do comentário esportivo. Tal como outras dimensões da classificação em lingüística, descritivas e institucionais, a classificação dos modos do discurso varia na finura. Podemos, primeiramente, identificar "a língua da literatura" como um único registro. Mas na etapa seguinte teríamos de separar os vários gêneros, por exemplo, a ficção em prosa e o verso humorístico, como registros distintos. Aquilo que primeiramente é reconhecido como o registro do jornalismo divide-se em seguida em reportagem, comentário editorial, artigos, etc.

Alguns modos do discurso são de tal espécie que a atividade lingüística tende a ser auto-suficiente, no sentido de explicar a maior parte da atividade, ou toda ela, que tem importância relativamente à situação. Isto é particularmente verdade quanto às várias formas do modo escrito, mas se aplica também às conferências radiofônicas, discussões acadêmicas e sermões. Na literatura, particularmente, a atividade lingüística é por assim dizer auto-suficiente. Por outro lado nos vários modos falados, e em alguns escritos, as expressões orais frequentemente se integram com outra atividade não lingüística, formando um único fato. Exemplos claros deste fato são as instruções e aparelhos de comando. As distinções gramaticais e léxicas entre os vários modos do discurso podem muitas vezes relacionar-se com a diversa função situacional atribuída à linguagem pelo meio de comunicação.

A terceira e última das dimensões da classificação dos registros é o "estilo do discurso", que se refere às relações entre os participantes. Na medida em que estas relações afetam e determinam aspectos da língua sugerem uma distinção inicial em linguagem coloquial e polida (o termo "formal", às vezes usado para se referir à segunda, é evitado aqui devido ao seu sentido técnico na descrição). É pouco provável que esta distinção produza jamais registros descontínuos, claramente definidos. É melhor tratá-la como um gradiente, tendo sido lembrados vários cortes mais finos, com categorias tais como "casual", "íntima" e "atenciosa". Mas até conhecermos melhor o modo como as propriedades formais da língua variam com o estilo, estas categorias são arbitrárias e provisórias.

As relações entre os participantes que determinam o estilo do discurso variam, passando por diversos graus de permanência. As mais efêmeras são as que representam um aspecto das situações imediatas, como acontece quando os participantes encontram-se numa festa ou num trem. No extremo oposto acham-se as relações do tipo das que existem entre pais e filhos. Várias relações socialmente definidas, como por exemplo entre professor e aluno ou operário e patrão, situam-se de certo modo na parte intermediária. Alguns desses registros podem apresentar mais propriedades específicas formais do que outros. É provavelmente mais fácil identificar, com base nos dados lingüísticos, uma situação na qual um dos participantes serve a outros em uma loja do que uma situação que envolve o conferencista e os estudantes em uma sala de aula universitária.

Saber quais são as relações de participação lingüisticamente importantes e até que ponto elas se refletem nitidamente na gramática e no léxico, depende da língua considerada. O japonês, por exemplo, tende a variar ao longo dessa dimensão muito mais do que o inglês ou o chinês. Há mesmo em japonês uma diferença formal entre a fala dos homens e a das mulheres, e isto não é simplesmente uma diferença nas probabilidades de ocorrência. Em muitas línguas, certos elementos léxicos costumam ser usados mais por um sexo que pelo outro, mas em japonês existem aspectos gramaticais restritos somente à fala de um único sexo.

Como produto destas três dimensões de classificação é que podemos definir e identificar da melhor maneira o registro. Os critérios não são absolutos ou independentes, sendo todos variá-

veis quanto à finura, e se a classificação for mais minuciosa mais as três dimensões se recobrirão parcialmente. As propriedades formais de qualquer fato lingüístico serão as que se acham ligadas à intercepção do campo adequado, do modo e do estilo. Uma conferência sobre biologia em uma faculdade técnica, por exemplo, estará situada no campo científico, no modo professoral e no estilo polido. Sendo mais delicada, estará no campo biológico, no modo acadêmico de conferência e no estilo da relação entre professor e estudante.

O mesmo conferencista, encontrando-se cinco minutos mais tarde na sala comum dos professores, pode passar a falar no campo do cinema, usar o modo de conversa e o estilo de um homem entre colegas. Quando cada situação é substituída por outra o falante rapidamente passa de um registro para o seguinte. As diferenças lingüísticas podem ser ligeiras, mas também ser consideráveis se o *uso* da língua na nova situação diferencia-se vivamente do uso na antiga. Não podemos fazer a lista da gama total dos usos. As categorias institucionais, ao contrário das distintivas, não se resolvem em sistemas fechados de termos descontínuos. Cada falante tem ao seu dispor uma escala contínua de padrões e elementos, dentre os quais escolhe em cada situação típica o acervo adequado de harmonias convenientes na clave própria. Em outras palavras, fala em muitos registros.

Normalmente, não fala em muitos dialetos, uma vez que o dialeto representa a gama total de padrões usados por seu compartimento da comunidade lingüística. Mas pode, como cidadão de uma nação, aprender um segundo dialeto para certos usos, e mesmo um terceiro ou um quarto. Na Inglaterra, a escolha do dialeto liga-se à escolha do registro, de uma maneira única entre as comunidades lingüísticas do mundo. É um erro lingüístico fazer um comentário radiofônico sobre criquete em *cockney* ou cantar canções populares no "Queen's English". Muitas das línguas das nações mais velhas apresentam alguma forma desta dependência mútua entre dialeto e registro.

Nas nações mais jovens este fato é menos aparente. Em vez dele, existe freqüentemente a tendência do registro determinar não a escolha do dialeto mas a escolha da língua. A tradução por meio de máquinas possibilitará um dia cada comunidade a usar sua própria língua para todos os fins. Enquanto isso, em muitas partes do mundo é necessário aprender uma segunda língua a fim de se ficar equipado com uma escala completa de

registros, e o ensino das línguas estrangeiras tornou-se uma das principais indústrias mundiais. Na época em que não for mais necessário que alguém aprenda uma língua estrangeira a fim de se tornar um perfeito cidadão de sua própria comunidade, será reconhecido como desejável que todos façam isso para se tornarem cidadãos do mundo.

5 É o indivíduo que fala e escreve, e em sua atividade lingüística combinam-se o dialeto e o registro. Na escala dialetal, quanto mais finas forem as distinções reconhecidas menor se torna, no que diz respeito ao número de falantes, a unidade que postulamos como comunidade dialetal. Finalmente, chegamos ao indivíduo. O indivíduo é, por assim dizer, a menor unidade dialetal. Cada falante tem seu próprio IDIOLETO.

Mesmo a homogeneidade do idioleto é uma ficção, somente admissível enquanto continuamos a tratar a língua SINCRONICAMENTE, fazendo abstração do tempo. Logo, porém, que consideramos as variedades DIACRÔNICAS da língua, introduzindo a dimensão da permanência e da mudança no tempo, temos de reconhecer que as transformações ocorrem não somente na transmissão da língua de uma geração à seguinte, mas também nos hábitos do falar do indivíduo no curso de sua vida.

A alfabetização retarda as transformações lingüísticas. Mas mesmo numa comunidade com alta taxa de alfabetização podemos em geral observar algumas diferenças na fala entre gerações sucessivas. O membro individual da comunidade dialetal pode conservar invariável seu próprio idioleto ou adotar alguns aspectos do dialeto da geração seguinte, até mesmo ajustando conscientemente seu desempenho lingüístico para incorporar os neologismos da geração jovem. No final estes entrarão em sua prática receptiva da língua. Nesse sentido, a unidade dialetal mínima não é o indivíduo mas o indivíduo em certo período de sua vida. Aproximamo-nos aqui do limite teórico de finura na dimensão dialetal.

Na escala de registros as inumeráveis situações em que se realiza a atividade lingüística podem grupar-se em situações típicas, a que correspondem os vários usos da língua. Um *corpus* de textos lingüísticos de determinado uso é demarcado por suas propriedades formais, tais como o registro. Os registros, assim como os dialetos, podem ser cada vez mais finamente diferencia-

dos. Aproximamo-nos aqui ainda uma vez, de um limite teórico de finura, ao menos na imaginação, pela progressiva subclassificação dos aspectos de campo, modo e estilo.

Por fim, o registro e o dialeto se reúnem em um único fato da fala. Atingimos aqui a EXPRESSÃO VOCAL, a unidade institucional mínima da atividade lingüística. Ao chegar, através do dialeto e do registro, ao "fragmento de atividade", completamos o círculo que partiu deste em primeiro lugar, e por via da descrição da substância e da forma, através do contexto atinge à língua em uso. Considerado do ponto de vista descritivo, um fato de locução foi a ocorrência de um elemento formal "exposto" em substância. Considerado institucionalmente, é uma expressão vocal em uma situação, identificável pelo dialeto e pelo registro.

Em última análise, como cada falante e cada situação são únicos, uma única expressão oral é também por si mesma única. Mas, conforme vimos no início, o caráter único dos acontecimentos não tem importância para a descrição científica deles, a qual só pode começar quando diferentes fatos são julgados parcialmente semelhantes. Ficamos interessados em um fragmento da atividade lingüística quando podemos mostrar que tem algo em comum com outro.

É possível agrupar um número limitado de expressões vocais de acordo com aquilo que têm em comum no dialeto e no registro. Um dos modos de delimitar assim uma variedade lingüística é retroceder em nossos passos um pouco acima nessas duas escalas, até o ponto em que encontramos o indivíduo como participante de numerosas situações. Podemos, então, definir um conjunto de fatos lingüísticos como a atividade lingüística de um indivíduo em um registro. Esta intercepção do idioleto e do registro fornece uma definição institucional do estilo individual.

Alguns registros têm finalidade extremamente restrita. Empregam, portanto, somente um número limitado de elementos e padrões formais, dando em resultado que a atividade lingüística nesses registros pode acomodar pouca variedade idioletoal ou mesmo dialetoal. Estes registros são conhecidos como LÍNGUAS RESTRITAS. Esta não é de modo algum uma categoria claramente definida, porque algumas línguas restritas são mais restritas que outras. Exemplos extremos são a "Língua Internacional do Ar", o conjunto permitido de mensagens por cabograma em tempo de guerra para o pessoal em serviço ativo, e o código de declaração no bridge. Menos restritos são os vários registros de documentos

e regulamentos legais e oficiais, as previsões meteorológicas, a poesia das canções populares e os versos dos cartões de boas-festas. Todos estes podem ser ainda considerados como línguas restritas.

O indivíduo às vezes pode ainda ser reconhecível mesmo sob a uniformidade impessoal de uma língua restrita. Este fato deve-se freqüentemente aos aspectos PARALINGÜÍSTICOS, a saber, a qualidade da voz e caligrafia, que não apresentam contrastes formais. Nas línguas em que a qualidade da voz transporta contrastes formais não é ela paralingüística mas lingüística. Certos aspectos, tais como as características fonéticas e fonológicas pelas quais um indivíduo é às vezes demarcado, aparecerão em uma língua restrita do mesmo modo que em um registro não restrito. Ocasionalmente encontramos mesmo padrões formais individuais em uma língua restrita: há a jogadora de bridge que espera que sua parceira, mas não a opositora, interprete corretamente sua distinção estrutural privada entre "one club" e "a club".

Exceto nas línguas restritas, admite-se normalmente que os indivíduos se diferenciarão em seu desempenho lingüístico. Nos registros falados o indivíduo pode distinguir-se dentro de sua própria comunidade dialetoal por hábitos fonéticos idiosincrásicos. É um fato trivial que evidentemente se distinguiria em uma comunidade dialetoal diferente da sua, pois não é mais importante para sua individualidade lingüística do que um inglês distinguir-se na França por falar inglês. Mesmo a fonologia oferece certo raio de ação à variedade individual. Os autores deste livro pronunciam "transparent plastic" de três maneiras fonologicamente diferentes. A prática grafológica é mais uniforme, pois não se tolera mais a ortografia individual, embora se admita que a pontuação varie bastante.

Contudo, mesmo nos registros escritos o indivíduo se distingue. Sua língua torna-se distinta no nível da forma. O idioleto de uma pessoa pode ser indetectado através das lentes dos vários registros por suas características gramaticais e léxicas. É assim como reconhecemos as qualidades individuais de um determinado escritor. Toda forma lingüística ou pertence à gramática ou ao léxico, e no primeiro caso são os aspectos gramaticais e léxicos da língua individual do escritor, juntamente com alguns poucos aspectos da pontuação, que constituem seu "estilo".

O estilo individual, entretanto, está ligado ao registro. É o idioleto do escritor, especialmente a gramática e o léxico do idioleto, em um dado registro. Na medida em que "estilo" implica estilo literário, o registro significa aqui gênero e *medium* literário, inclusive poético. O estilo é portanto a forma lingüística correlacionada com a forma literária.

Quando nos referimos ao "estilo de Pope" implicamos presumivelmente que haja algo de comum na língua dos *Ensaíos*, das *Sátiras* e de outras obras, isto é, que constituam em certo sentido um único idioleto. Na verdade, o "estilo", como outros conceitos afins, deve ser reconhecido como podendo variar em finura: cada gênero, cada obra individual tem seu estilo. Se desde o início admitimos que dois textos são iguais, as diferenças entre eles podem passar despercebidas ou ser distorcidas. Um princípio sólido da lingüística descritiva consiste em postular a heterogeneidade até que seja provada a homogeneidade, e o estudo dos textos literários não faz exceção. Tratando as *Sátiras* e os *Ensaíos* como diferentes registros, podemos mostrar as semelhanças tanto quanto as desigualdades entre eles.

A literatura forma somente uma pequena parte da língua escrita, mas é a parte em que tomamos mais conhecimento do indivíduo e nos interessamos mais pela originalidade da língua individual. Ao mesmo tempo pertence à essência da escrita criadora chamar a atenção para a sua própria forma, no sentido de que, ao contrário de outra atividade lingüística, escrita ou falada, é dotada de sentido como atividade em si mesma e não simplesmente como parte de uma situação mais ampla, evidentemente, ainda uma vez, não havendo uma clara linha de demarcação. Isto permanece verdade quer o escritor busque conscientemente criar uma variedade individual quer não. Assim, o caráter lingüístico único de uma obra de literatura tem muito maior significação que a individualidade de uma variedade da língua em qualquer outro uso.

A atividade lingüística de um usuário em um único uso, tal é o conceito que servirá como variedade fundamental de uma língua. Esta variedade fundamental é produto simultaneamente do dialeto e do registro, estando ambos contidos em seu estudo.

A dialetologia é um ramo dos estudos lingüísticos estabelecido desde há muito. Na Inglaterra, que ficou consideravelmente atrás de outros países europeus e dos Estados Unidos, o trabalho de exame em larga escala dos dialetos só começou depois da

Segunda Guerra Mundial. Mas os três levantamentos nacionais que estão sendo agora realizados pelas universidades de Leeds, Edinburgh e Gales reuniram um grande volume de material e os primeiros resultados acham-se agora em via de publicação.

Mais recente ainda é o trabalho sério sobre os registros. Amostras muito grandes de textos têm de ser submetidas a uma detalhada análise formal, se quisermos mostrar quais os aspectos gramaticais e léxicos comuns a todos os usos da língua e quais os que se restringem a um ou mais registros particulares, ou neles são mais freqüentes. Estas amostras estão sendo agora reunidas e estudadas no University College London, no Exame Geral de Uso Inglês sob a direção do professor Randolph Quirk. Um trabalho correlato está em curso nas universidades de Edinburgh e Leeds. O estudo dos registros é essencial tanto para nossa compreensão do modo como a língua funciona quanto para a aplicação à análise literária, à tradução por meio de máquinas e ao ensino da língua materna e de outra, estrangeira.

6 O contato entre as línguas, os dialetos e os registros são três dos principais tópicos da lingüística institucional. O quarto e último a ser considerado é a observação das atividades dos membros de uma comunidade lingüística com relação à sua língua e às variedades desta. Mencionamos aqui resumidamente algumas das atitudes que têm importância para o presente estudo, fazendo comentários onde forem necessários.

Muitas comunidades manifestam uma reverência pelos poderes mágicos da língua. Em algumas sociedades, entretanto, este respeito pode misturar-se com um conjunto mais novo de atitudes, capaz de eclipsá-lo, muito mais desdenhoso da língua ou de uma parte dela. Os juízos de valor subjacentes a estas atitudes podem ser morais ou estéticos, ou ainda repousar em um atrativo pragmático pela eficiência. O grau de sanção social que transportam varia de acordo com a comunidade lingüística, mas se os juízos e atitudes são sociais ou individuais, o indivíduo que os expõe freqüentemente pretende ter objetividade em suas opiniões. Uma formulação típica é a seguinte: "Evidentemente é melhor (ou: "Todo mundo concorda que é melhor") dizer ou escrever isto em vez daquilo, porque"; ou então: "é mais claro", ou "soa melhor", ou "é mais correto". Menos comuns e mais requintadas são razões como estas: "porque as melhores pessoas fazem assim" e "porque prefiro isso".

Entre estes juízos de valor, os de menor alcance são os que se referem à língua por inteiro. Aqueles que argumentam ser necessário que o inglês permaneça como a língua do governo, da jurisprudência, da educação ou da tecnologia nas antigas colônias, afirmam às vezes, em apoio de sua opinião, que as línguas nacionais não são adequadas a estas finalidades. Esta razão é mesmo apresentada por falantes nativos das línguas em questão.

Os argumentos a favor e contra o uso do inglês em tais situações são complexos, mas este particular fator não tem importância porque não é verdadeiro. Esta incompreensão, a de que algumas línguas são intrinsecamente melhores do que outras, não pode ser simplesmente posta de lado como ignorância ou preconceito. É uma concepção sustentada por pessoas inteligentes e sérias, que podem apresentar argumentos em favor dela. Contudo é inteiramente falsa e pode produzir um grande dano.

Em essência, qualquer língua é tão boa quanto qualquer outra, no sentido de que toda língua é igualmente bem adaptada aos usos que a comunidade faz dela. Não existe coisa que se chame língua "primitiva". Nada se sabe sobre as origens da linguagem. Há apenas um emaranhado de especulações antagônicas, nenhuma das quais se situa no campo da lingüística. Mas há provas de que a linguagem, em alguma forma, remonta pelo menos há cem mil anos, e com absoluta certeza nenhuma sociedade encontrada atualmente no mundo ou conhecida por nós pela história representa senão uma etapa muito posterior ao momento em que a língua já se tornara uma forma de atividade social plenamente desenvolvida. Se os historiadores ou os antropólogos usam "primitivo" como termo técnico, para designar uma certa fase do desenvolvimento social, então o termo pode ser transferido para a língua usada por uma comunidade que se encontra nesta fase, mas isto não é uma classificação lingüística e nada nos diz sobre a natureza da língua referida.

Entre as línguas do mundo atual, não existe uma dimensão reconhecível de progresso *lingüístico*. Não se pode identificar nenhuma língua como representando um estado da linguagem mais altamente desenvolvido que qualquer outro. A língua worora, na Austrália Ocidental, é tão bem adaptada às necessidades da comunidade que a criou quanto o inglês o é às nossas próprias necessidades. Nenhuma língua poderia ser transferida a outra sociedade sem algumas alterações, porque as necessidades e ati-

vidades são diferentes. Em ambos os casos teriam de ser acrescentados novos elementos léxicos. Mas somente o léxico seria afetado, e apenas uma parte dele. Não haveria necessidade de alteração na gramática. No máximo, poderia haver uma tendência estatística de certas modificações gramaticais ocorrerem ao longo de um grande período, mas nenhuma modificação simples seria previsível em determinado caso, nenhuma estaria obrigada a se realizar; e certamente nenhuma seria necessária para a contínua eficácia da língua.

Noutras palavras, as alterações que seriam necessárias em worora para fazê-la funcionar como uma língua plena no mundo moderno seriam aquelas mesmas que também foram necessárias no inglês tal como era antes do período moderno. O Médio inglês, e mesmo o inglês elisabetano, não era também adequado às necessidades de um Estado moderno. Não se poderia descrever um computador eletrônico em Médio inglês, assim como também não se pode em worora. As diversas línguas têm modos distintos de expandir seu léxico, determinados pela própria estrutura interna. O chinês, por exemplo, cunha a terminologia científica de maneira muito diferente do japonês, sendo uma língua de tipo muito diverso. Mas todas as línguas são capazes de incorporar os acréscimos léxicos que requerem.

Saber se é, ou não, economicamente exequível que a língua de uma comunidade muito pequena seja usada como meio para todas as finalidades do mundo moderno é uma questão evidentemente de todo diferente, que cada comunidade tem o direito de solucionar por si mesma. Vale a pena indicar que a tradução mecânica na próxima geração provavelmente se terá tornado bastante eficiente e barata para superar o problema da tradução de todo o material que essa comunidade necessitaria traduzir de outras línguas. Quaisquer que sejam as considerações que possam afetar a escolha de uma língua para a ciência ou a administração em uma nação que se tornou recentemente independente, uma coisa ao menos pode ser deixada clara: todas as línguas são igualmente capazes de se desenvolverem para atender a todas as finalidades e nenhuma língua é menos qualificada para ser o veículo da ciência e da tecnologia modernas do que eram o inglês e o russo há séculos atrás.

O tipo de língua que atrai particularmente juízos de valor negativo é a língua mista. Enquanto permanece como pidgin não pode ser a L1 de ninguém, não tendo a condução de língua, pois existe somente em certas variedades restritas. Mas nas co-

comunidades que desenvolveram uma língua mista como sua L1, a nova língua ganhou com isso plena estatura e tornou-se um meio completamente eficaz de atividade lingüística.

Em qualquer caso, um crioulo é somente o resultado extremo de um fenômeno normal no desenvolvimento da língua, a saber, o empréstimo lingüístico. Não há razão para que uma língua com esta história deva ser menos eficiente que outra qualquer. São línguas no sentido definido da palavra, algumas delas já usadas como meio para a literatura e seriam inteiramente viáveis como meio de educação e ciência. Atualmente tendem a ser mais discriminadas do que as línguas com uma história mais convencional. Mas não há justificativa para fazer discriminações contra uma língua, qualquer que seja. Na maior parte do mundo hoje em dia, inclusive na Inglaterra, tem de haver certo grau de política e planejamento lingüísticos. Pode-se precisar tomar decisões para estabelecer, por exemplo, certas línguas como línguas nacionais de uma nova nação. O que importa é que as questões e problemas reais não venham a ser enevoados por falsas noções, como a de que uma língua pode ser objetivamente inferior à outra.

Muitos falantes de comunidades a cujas línguas, num ou noutro aspecto, se nega um *status* pleno, embora não admitam que sua própria L1 seja de modo algum inferior, e rejeitem vigorosamente esta sugestão, apesar disso em sua atividade lingüística como falantes aceitam a condição rebaixada, de sua língua, com o que ajudam a perpetuá-la. Em países onde o inglês, ou alguma outra L2, é sinal de educação e posição social, a conversa em uma repartição pública ou na sala dos professores de um colégio realiza-se normalmente em inglês. Inversamente, quando a L1 é admitida nesses ambientes, não se encontra nenhuma frase completa nela sem ao menos um elemento tomado do inglês.

Isto se explica às vezes por motivo de que os falantes não participam de uma L1 comum, como realmente acontece. É freqüente em países que enfrentam o problema, realmente difícil, de uma língua nacional, que uma língua estrangeira floresça na qualidade de língua franca. Como é bem conhecido, muitos falantes de comunidades minoritárias, cuja língua não é forte candidata à condição de nacional, opõem-se tão firmemente às pretensões de qualquer outra língua interna do país que preferem atribuir esta qualidade a uma língua estrangeira, a qual pelo

menos tem o mérito de ser neutra. Provavelmente isto é, no melhor dos casos, uma solução temporária. Ainda mais, há razões para supor que engavetando o problema o que se faz é torná-lo mais difícil de resolver no futuro.

Mas o entrelaçamento de expressões orais de L1 com elementos de L2 não se limita às sociedades multilíngües. Tem a probabilidade de acontecer sempre que uma língua estrangeira é sinal de distinção social e o único meio de atividade lingüística em certos registros. O inglês provavelmente ocupa esta posição mais do que qualquer outra língua. Não há evidentemente motivos fundados nos quais o lingüista, que observa e descreve este fenômeno, possa fazer objeção a ele como um uso da língua, pois funciona. Mas pode também indicar, com razão, que o uso do inglês em situações nas quais a L1 é adequadamente desenvolvida, e de elementos ingleses em expressões orais L1 quando existem disponíveis elementos da L1, tende a inibir o progresso da L1 no sentido de conquistar sua plena condição na comunidade.

7 Em nossa própria comunidade lingüística os julgamentos de valor sobre o inglês enquanto totalidade são relativamente raros. Ocasionalmente ouve-se alguém compará-lo desfavoravelmente com o francês. São aqueles que subscrevem o mito, persistentemente mantido vivo pelos próprios franceses, de que o francês é uma língua "mais lógica". O que é extremamente comum, porém, são os juízos de valor referentes às variedades do inglês, às vezes com relação aos registros, mas principalmente a respeito dos dialetos. A comunidade lingüística inglesa, especialmente a parte britânica, é quase certamente única pela extensão em que seus membros emitem julgamentos sobre as variedades de sua língua. Uma das poucas outras comunidades que se assemelham inteiramente a nós a este respeito é o francês. As atitudes inglesas naturalmente estão ligadas com o caráter sócio-regional de nossos dialetos, e como tais são mais atitudes de classe do que atitudes individuais. Quase todos os juízos de valor amplamente aceitos podem ser seguidos até sua origem, embora haja alguns que a reflitam mais diretamente que outros.

É aos novos dialetos urbanos, variedades da língua padrão com sotaque regional, que as mais severas críticas são dirigidas. Os dialetos "originais", confinados agora nas áreas rurais, tornaram-se pitorescamente antiquados. São tolerados e às vezes

podem ser elogiados como “suaves”, “agradáveis” ou mesmo “musicais”. E, de modo um tanto incoerente, embora sejam os dialetos rurais os que oferecem os únicos casos de pares de variedades mutuamente incompreensíveis restantes na Inglaterra, é freqüentemente com base na incompreensão que a crítica aos dialetos urbanos é feita.

Talvez a queixa mais freqüente seja aquela, formulada em vários termos, que supõe alguma espécie de decadência lingüística. Os dialetos urbanos são apontados como “desleixados”, “descuidados” ou “degenerados”. Expressões semelhantes foram usadas com relação ao inglês e ao francês no século XIX por aqueles que consideravam todas as recentes alterações lingüísticas como um processo de degeneração e decadência. Supõe-se, e algumas vezes é explicitamente declarado, que nos dialetos urbanos houve uma perda do poder comunicativo do idioma.

Isto simplesmente não tem sentido. Todos os dialetos, inclusive todas as formas do inglês padrão, estão sujeitos a modificações, tanto pela tendência normal da língua a se transformar quanto como resultado de fatores externos, por exemplo, o movimento das populações. A taxa de alteração na língua varia consideravelmente, entre diferentes idiomas, entre dialetos, e em diferentes épocas e lugares, e mesmo em diferentes níveis na mesma variedade de uma língua. O inglês alterou-se notavelmente durante os últimos mil anos. O dialeto que agora funciona como inglês padrão é um daqueles que mais variou, embora seja difícil medir com muita exatidão as taxas comparadas de transformação.

Para o modo de pensar representado por estas atitudes provavelmente os povos mais desleixados do mundo seriam os franceses e os chineses do Norte, pois o parisiense e o pequinês resultam de uma alta proporção de modificações durante longos períodos. Não há diferença entre o tipo de transformação sofrida por estas duas línguas e a que afetou as variedades dialetais do inglês, inclusive o dialeto que se tornou padronizado e seus derivados regionais modernos.

Não existe atualmente coisa que se possa chamar um dialeto ou um sotaque desleixado. Difícilmente pode constituir assunto de reprovação o fato do dialeto de Sheffield ou Birmingham ter evoluído numa direção diferente da nossa própria, e todo indivíduo que o chama de “adulterado” está cometendo dois erros. Primeiramente, supõe que um tipo do inglês padrão conserva uma

variedade primitiva da língua, da qual outras se desviaram, o que não é verdade. Em segundo lugar, está supondo que haja mérito nesta imaginária conservação. Se assim fosse, tal mérito poderia ser corretamente reclamado pelos italianos, os cantonenses e os alemães ao censurarem seus relaxados vizinhos, os franceses, os pequineses e os ingleses.

Tradicionalmente, esta acusação de adulteração repousa em sinceros motivos morais: foi errado e irresponsável deixar a língua entrar em decadência. Mais recentemente o mesmo defeito imputado veio a ser criticado de outro ponto de vista, o da perda de eficiência. Uma vez que o defeito é imaginário, os motivos com base nos quais é censurado poderiam parecer sem importância, mas pelo menos um comentário deve ser feito. Muitas pessoas, inclusive durante certo tempo alguns lingüistas, foram iludidos pelo espúrio rigor de certas “medidas” pseudocientíficas da “eficiência” da língua. Não prova alguma de que um idioma, ou qualquer variedade dele, seja mais eficiente que outro. Nem existe, em nosso juízo intuitivo ou mesmo em matemática ou lingüística, qualquer meio para medir o que poderia ser esta eficiência. A teoria da informação, que ocupa um lugar na descrição quantitativa de uma língua, nada implica quanto à eficiência relativa das línguas ou à eficácia da atividade lingüística.

Há uma segunda acusação feita aos dialetos urbanos que difere um tanto da acusação de desleixo, quer em sua forma moral quer na forma utilitária. É uma crítica estética. Os dialetos são rotulados como “ásperos”, “dissonantes”, “guturais” — provavelmente fazendo-se referência à freqüência maior, em algumas variedades, do fechamento da glote não acompanhada de oclusivas orais —, ou simplesmente são declarados “feios”.

Neste ponto a pessoa que faz o julgamento está em um terreno mais sólido, se com isso quer dizer que pessoalmente não gosta do som de certas variedades do inglês. Ninguém pode discutir isso. A formulação pôde ser geral, mas existe uma larga tendência humana no sentido de generalizarmos nossos preconceitos, e provavelmente todos conhecemos pessoas que não distinguiriam entre “eu detesto o som do inglês de Cardiff” e “o inglês de Cardiff é feio”.

É verdade que existe muitas vezes uma ampla concordância nestes juízos estéticos. O que porém não se percebe é que em geral são aprendidos. Um indiano educado na tradição musical da Índia não concordará com os julgamentos europeus sobre a

música da Europa, e um europeu que não conhece a língua chinesa e os valores culturais chineses não aprecia — isto é, não concorda com os juízos chineses — os sons da poesia chinesa. Quer o adulto produza alguma vez uma resposta estética incondicionada, ou não, em geral aquilo de que gostamos resulta tanto do que aprendemos socialmente a gostar quanto do que desenvolvemos como gosto individual. Na linguagem, sabemos já que as pessoas de diferentes comunidades idiomáticas respondem de modo muito diferente às qualidades estéticas dos dialetos de determinada língua. Um persa ou um japonês que não saibam inglês provavelmente prefeririam o dialeto de Birmingham ao PA, ou inversamente. O principal fator na apreciação individual das variedades de uma língua é o condicionamento social, pois não há escala universal de juízo estético. As pessoas a quem não agrada o sotaque de Birmingham em geral procedem assim porque sabem que seus filhos terão melhores possibilidades na vida se não o adquirirem.

Por conseguinte, é o padrão sócio-regional da distribuição dialetal inglesa que dá origem aos julgamentos de valor estéticos, morais ou pragmáticos, relativos aos dialetos urbanos e rurais, na medida em que esses juízos são mantidos em comum por uma grande parte de nossa comunidade lingüística. Em muitos países ou não se fazem tais juízos, ou, quando são emitidos, são considerados por aqueles que os fazem e por quem os ouve como expressões subjetivas do gosto pessoal. Os estudantes estrangeiros na Inglaterra ouvem com polida admiração o dono da casa, na hora do chá, em Leeds ou Manchester explicar como é importante não copiarem a fala de suas senhorias: “todo mundo concorda”, dizem-lhes, que esta é uma forma corrompida e feia do inglês.

Está claro que nem todo mundo concorda, pois parece que estas opiniões são mais comuns entre os falantes das variedades regionais suaves do Inglês Padrão. Mas quando estas atitudes são partilhadas por aqueles que falam o dialeto, e não outro, tornam-se bastante danosas. Um falante que é levado a se envergonhar de seus próprios hábitos lingüísticos sofre uma ofensa grave enquanto pessoa humana. Fazer alguém, especialmente uma criança, sentir-se assim envergonhado é uma atitude tão indefensável quanto levá-lo a sentir-se envergonhado da cor da sua pele.

Existem vários cursos para instrução no inglês falado com títulos como “Fala e Drama”, “Dicção” e “Voz e Fala Normais”. Em geral realizam-se três diferentes tipos de instrução. O primeiro refere-se às técnicas de falar no palco e em público, o que é uma forma de fonética aplicada, freqüentemente muito bem sucedida. O segundo refere-se a conquistas pessoais, tais como qualidade da voz e clareza na fala, sendo em geral associado a aspectos do comportamento social, sob o título geral de “desenvolvimento da personalidade”. Estes aspectos situam-se fora do campo de aplicação da lingüística ou da fonética.

No terceiro tipo de instrução, que é também fonética aplicada, ensina-se ao indivíduo a usar algum sotaque do inglês diferente daquele que adquiriu naturalmente. Isto pode ser feito com finalidades profissionais particulares, como nas escolas onde os dirigentes de orquestras de dança ou os cantores “pop” podem adquirir a pronúncia adequada à sua profissão e nos cursos em que os atores, com a finalidade de representar a parte de certos personagens, podem aprender razoáveis imitações de sotaques regionais ou pelo menos um convencional sotaque de mascarado. Por outro lado, pode ser também para fins sociais gerais. Instituíram-se classes onde aqueles que falam com um sotaque regional podem aprender uma pronúncia que julgam dar-lhes maior prestígio social e melhores perspectivas de emprego. Neste caso o ensino destina-se a lisonjear as atitudes sociais relativas à língua, mas não ainda reconhecidas como atitudes sociais.

Nas formas extremas deste ensino de sotaque, porém, o sotaque ensinado é exaltado por aqueles que o ensinam como “mais bonito” e “melhor” que qualquer outro. Este sotaque é geralmente uma variedade do PA com um certo número de qualidades especiais das vogais e de posições dos lábios. Às vezes a fala de determinado indivíduo é considerada como o modelo para a imitação, porém mais freqüentemente pretende-se haver um mérito estético absoluto na maneira de falar que é ensinada. Alguns dos professores aprenderam que há uma escala de valores de acordo com a qual as vogais podem ser julgadas, indo das “más e feias” às “bõas e bonitas”. A professora tenta assim alterar a fala de seus alunos por motivos que lhe parecem sensatos e evidentes, mas que são inexplicáveis para a maioria dos alunos. A concepção segundo a qual alguns sons são inerentemente mais altos ou mais baixos do que outros em uma escala absoluta de valores estéticos não têm qualquer prova que a

apóie, embora seja do interesse dos foneticistas saber com que extensão é mantida.

Talvez o mais discordante de todos os conflitos de abordagem entre lingüistas e foneticistas de um lado, e professores de "fala" (que podem pretender ter autoridade nessas disciplinas) de outro lado, são os conflitos que se concentram no assunto comumente chamado "Voz e Fala Normais". Este assunto inclui-se no currículo dos fonoatras, no qual a fonética também desempenha uma parte saliente. "Normal" é usado aqui de modo prescritivo, admitindo-se que um determinado sotaque do inglês é de certo modo "normal", sendo todos os outros "anormais", e o sotaque "normal" é o PA. Estes juízos, conforme vimos, não refletem qualquer propriedade do sotaque em si mesmo, mas simplesmente a posição social daqueles que o adquiriram.

Se todos os doentes tratados pelos fonoatras pertencessem a esse grupo, a confusão não causaria nenhum malefício real. Mas as pessoas com defeitos da fala formam uma parte significativa da população total, cuja maioria não fala PA, de modo que a educação fornecida pela "Voz e Fala Normais" é culturalmente opressiva e, para muitos, terapêuticamente sem significação. Muitos foneticistas continuam a dar cursos para estudantes de fonoatria porque esperam fornecer um treinamento objetivo que contrabalance a natureza prescritiva da "Voz e Fala Normais"; mas a utilização de dois assuntos tão diferentemente concebidos em um único curso só pode ser comparada à tentativa de combinar a astronomia com a ciência doméstica, ou melhor talvez, a química com a alquimia.

8 A tendência inglesa à intolerância lingüística não se limita à censura sobre os sons do idioma. Os julgamentos de valor também florescem na gramática. Porém neste caso os aspectos submetidos a esses juízos não são, em conjunto, dialetais. Muitos padrões gramaticais dialetais passam despercebidos na fala, desde que o falante use a fonética do PA. Mesmo uma estrutura de frase tão acentuadamente regional quanto a exemplificada por "they've never been to see us haven't the Joneses" é tolerada no inglês falado se o sotaque for aceitável. Por outro lado não seria tolerado na escrita.

Na gramática temos um conjunto de prescrições e proscricções arbitrárias relativas a determinados padrões e elementos. Algumas aplicam-se somente ao inglês escrito, e outras ao inglês

falado e ao escrito. Nem as formas prescritas nem as proscritas correspondem a qualquer variedade regional particular. Assim como acontece com as prescrições dialetais, há vários modos de dar um nome depreciativo às formas proscritas, que são chamados "desmazeladas" e "rudes", e às vezes simplesmente "erradas". Às vezes usa-se "incorreto", tirado de um registro diferente, como se fosse uma explicação de "errado".

Neste contexto as palavras "desmazelado" e "rude" não têm sentido. Um falante nativo do inglês que por acaso não saiba qual dentre os membros de um par de formas é o aprovado e qual o censurado, não teria qualquer meio para decidir. Como atividade lingüística eficiente, não há o que escolher entre "do it as I do" e "do it like I do", assim como a sopa tem o mesmo valor alimentício qualquer que seja o modo como é comida (ou se é "comida" ou "bebida"). "Errado" é um julgamento social, onde o que se quer dizer é: "as melhores pessoas usam esta e não aquela forma". São com efeito convenções sociais a respeito da língua, e sua função é a mesma de todas as convenções sociais, que, sendo em si mesmas destituídas de sentido, exercem uma força de coesão no interior de uma sociedade, ou de uma secção de uma sociedade, demarcando-a em relação a outra.

Como vimos, todos os idiomas têm variedades formalmente distintas. O que é fora do comum no que respeita à situação lingüística na Inglaterra é a extensão em que são conscientemente formuladas regras para o que se julga ser o comportamento gramatical adequado. Outras comunidades tentaram às vezes impor padrões de forma lingüística, geralmente sem muito sucesso. No melhor dos casos, o que se prescreve é a distinção entre a língua falada e a escrita, sendo rejeitadas algumas formas desta última como impróprias. As convenções na linguagem falada limitam-se normalmente aos tabus léxicos, por exemplo, certas palavras não devem ser usadas na presença de crianças, estrangeiros ou membros do sexo oposto. Na Inglaterra, fazem-se regras para a fala assim como para a escrita, e a gramática do indivíduo que fala contribui, juntamente com sua fonética e sua fonologia, para identificá-lo na escala social.

Como o comportamento lingüístico "incorreto", dialetal ou de outra espécie, pode ser levado em conta contra um indivíduo em muitas situações, a solução adotada por muitos falantes, diante das atitudes predominantes, é adquirir um segundo idioleto. De fato, é tão forte o sentimento de haver formas corretas e outras,

incorretas, de comportamento lingüístico, que se alguém perguntar, como fizeram os autores do presente livro, a diversos grupos de estudantes universitários "qual é a finalidade do ensino do inglês nas escolas inglesas?" a resposta freqüente é "ensinar as crianças a falar e a escrever corretamente em inglês". A velha observação de que os pais nas regiões de novos dialetos mandam os filhos para a escola a fim de que estes aprendam a "falar corretamente" não é de modo algum antiquada. A questão do ensino da língua materna é examinada no capítulo 8. Aqui, bastanos dizer que se as crianças têm de aprender novos hábitos de falar é a atitude social com relação ao seu dialeto, e não um defeito desse mesmo dialeto, que as força a se submeterem a isso. Ao menos não é necessário ensinar-lhe que sua própria fala é de alguma maneira inferior ou tabu.

Algumas vozes têm se levantado contra as atitudes predominantes, e algumas das regras foram ocasionalmente postas em questão. Priestley escreveu uma vez no *English Journey* (Londres, Heinemann associado a Gollancz, 1934, pág. 290): "O inglês padrão é igual a qualquer outra coisa padrão, uma insatisfatória substância sem gosto". Hugh Sykes-Davies, em *Grammar Without Tears* (Londres, The Bodley Head, 1951, págs. 131-132), sugeriu, invertendo a polaridade entre prescrição e proscrição: "o uso dos casos indiretos de *who* deveria ser evitado sempre que possível, colocando-se a preposição no fim da frase e tornando *that* o relativo, ou omitindo inteiramente o pronome. É melhor dizer "the man I found the hat of" do que "the man whose hat I found". Mas neste caso ainda se está dizendo à pessoa que fala como deve proceder; há ainda o certo e o errado na língua.

Um sério interesse nas variedades dialetais da língua é alimentado por certas associações, como a Yorkshire Dialect Society, que publica trabalhos literários em dialetos do Yorkshire, assim como estudos acadêmicos sobre esses dialetos, urbanos ou rurais. Conforme mencionamos, estão agora bem adiantados os estudos de conjunto detalhados dos dialetos da Inglaterra, do País de Gales e da Escócia. O Linguistic Survey of Scotland leva em conta as variedades urbanas dos escoceses, e embora o English Dialect Survey não tenha ainda dado atenção aos novos dialetos na Inglaterra, isto acontece porque os dialetos originais, agora rurais, são quase desaparecendo e devem ser primeiramente gravados. Os professores e os estudantes universitários parecem estar cada vez mais adquirindo consciência da natureza

artificial e arbitrária das noções convencionais de "bom inglês" e "mau inglês".

Entrelaçado com as atitudes grandemente prescritivas com relação ao comportamento lingüístico dos indivíduos, existe um forte sentimento de proteção da língua em totalidade. Ao contrário dos juízos seletivos, que são raros entre as comunidades lingüísticas, a atitude defensiva "deixem nossa língua em paz" encontra-se muito freqüentemente. Talvez o caso mais notável disso na Inglaterra seja a violenta resistência a quaisquer sugestões para a reforma ortográfica. É tão forte o sentimento contra ela, que parece atualmente improvável venha a ser empreendida ainda por muito tempo qualquer revisão ortográfica do inglês.

Ainda uma vez a China nos fornece neste caso um interessante exemplo para comparação. Devido à complexidade da escrita chinesa e ao fato de atuar como barreira à unificação lingüística, em vários momentos, nos últimos cinquenta anos, foram feitas sugestões no sentido de substituí-la por uma escrita fonológica. Muitas versões foram imaginadas, algumas usando o alfabeto romano e outras não. Em 1956 uma versão romanizada foi oficialmente adotada como escrita auxiliar para finalidades limitadas, e seu uso tem se estendido muito gradativamente, restando ainda ver se algum dia substituirá inteiramente os caracteres chineses.

Tem-se argumentado que se os ingleses esperam que o seu idioma opere como meio internacional deveriam considerar a reforma escrita, no interesse dos estrangeiros que desejam aprendê-lo. Por outro lado, qualquer projeto para fazer isso encontraria enormes dificuldades. O lingüista, enquanto lingüista, não toma partido nesta questão, embora como cidadão privado possa tomar. Mas tem qualidades para agir como consultor e fazer sugestões sobre o melhor modo de rever a ortografia, uma vez decidido que se venha a proceder assim. A não ser isso, o papel da lingüística nesta etapa consiste em ajudar a clarear o ambiente para o debate racional do problema, assim como de todos os outros problemas levantados pelas atitudes complexas e profundamente enraizadas dos membros de uma comunidade lingüística com relação ao seu idioma.

BIBLIOGRAFIA:

Vejam-se os itens 12, 24, 38, 45, 49, 57, 75, 88.

foneticista de Oxford Henry Sweet. Em certo sentido, representam assim dois aspectos complementares da mesma tradição. Deve-se principalmente a Daniel Jones e a J. R. Firth o atual estado ativo dos estudos lingüísticos descritivos neste país, e a maioria dos destacados eruditos de hoje em dia foram discípulos de um ou de outro dos dois. Devemos, porém, deixar claro que não estamos invocando a autoridade desses homens, ou a de nossos atuais colegas, que continuaram a obra deles, acrescentando-lhe o que é produto de sua própria originalidade e compreensão, em favor das opiniões que expressamos. Estas últimas representam nossa própria avaliação do que nos parecem ser os aspectos e as versões da teoria lingüística e fonética mais úteis e pertinentes para o ensinamento das línguas (sem com isso afirmar que as consideramos, ou não, os mais úteis e pertinentes para outras finalidades). Não estamos indicando que tudo quanto escrevemos seja uma exposição completa ou uma narrativa fiel das concepções de todos os nossos colegas, ou em verdade de algum deles. O que procuramos fazer foi apresentar uma exposição coerente da linguagem que esteja em concordância com a pesquisa moderna em lingüística e fonética. Quando apresentamos uma determinada abordagem, na qual idéias criadas na Inglaterra desempenham parte proeminente, isso não acontece porque haja qualquer virtude no ato de serem inglesas, mas porque esta abordagem parece-nos, melhor que qualquer outra, combinar as exigências da teoria e da aplicação.

Assim procedendo, em certos pontos apresentamos nossas próprias idéias, sabendo que são controvertidas, e omitimos importantes aspectos dos estudos descritivos da linguagem, que ou são demasiado complexos para serem tratados na presente construção ou parecem menos centrais para o estudo dos problemas do ensino de línguas. Um exemplo de omissão é a fonologia prosódica. Embora em nosso exame da fonologia tenhamos chamado a atenção para aspectos prosódicos e mostrado como alguns deles podem ser explicados na descrição (por exemplo, reconhecendo as unidades "pé" e "grupo tonal" em inglês), não indicamos a amplitude total e o poder de uma completa análise prosódica. Nossa transcrição fonológica, orientada como é no sentido do ensino das línguas, não explora as possibilidades teóricas de uma transcrição prosódica. Igualmente, deixamos de tocar em muitos aspectos da descrição gramatical, e poderíamos citar também numerosas outras omissões. Nossa intenção consistiu em mostrar a gama daquilo que deve ser explicado no estudo da linguagem e sugerir alguns dos princípios subjacentes que inspiram a atividade do lingüista em sua tarefa.

* * *

Bibliografia Seleccionada

Os itens incluídos na bibliografia reportam-se diretamente à relação dada no fim de cada capítulo. A principal bibliografia inclui apenas obras já publicadas na época da conclusão deste trabalho. Incluímos, no fim do livro, uma breve lista suplementar de obras que vieram à luz desde o início de 1963.

Apenas livros e monografias independentes foram incluídos na bibliografia. Além destes, grande quantidade de material publicado sobre as ciências lingüísticas e o ensino de línguas encontra-se em revistas profissionais pertinentes. Recentes e importantes trabalhos sobre determinados assuntos, tais como o aprendizado e o ensino de línguas estrangeiras, a lingüística comparada e a teoria lingüística geral, acham-se publicados, sob forma de artigos, nestas revistas. Segue-se uma lista de alguns dos periódicos mais importantes em que tal material pode ser encontrado.

- Archivum Linguisticum* (Glasgow)
- Bulletin of the School of Oriental and African Studies* (Londres)
- English Language Teaching* (Londres)
- Études de Linguistique Appliquée* (Besançon)
- International Journal of American Linguistics* (Baltimore)
- International Review of Applied Linguistics* (Heidelberg)
- Journal of the Acoustical Society of America* (Lancaster, Pennsylvania e Nova York)
- Journal of Linguistics* (Cambridge)
- Journal of Speech and Hearing Research* (Washington, D.C.)
- Language* (Baltimore)
- Language Learning* (Ann Arbor, Michigan)
- Language and Speech* (Teddington, Middlesex)
- Lingua* (Amsterdam)
- Le Maître Phonétique* (London)
- Modern Language Journal* (Ann Arbor, Michigan)
- The Modern Language Review* (Cambridge)
- Orbis* (Louvain)
- Phonetica* (Basel and New York)
- Publications of the Modern Language Association of America* (New York)
- Transactions of the Philological Society* (Oxford)
- Word* (New York)

- 1 ABERCROMBIE, David. *Problems and Principles*, vi, 97 pp. London: Longmans, 1956.
- 2 ALLEN, Harold B. *Readings in Applied English Linguistics*, xiii, 428 pp. New York: Appleton-Century-Crofts, 1958.
- 3 ALLEN, W. Sidney. *On the Linguistic Study of Languages*, 30 pp. Cambridge: U. P., 1957.
- 4 BILLOWS, F. L. *The Techniques of Language Teaching*, xi, 259 pp. London: Logmans, 1961.
- 5 BLOOMFIELD, Leonard. *Language*, ix, 564 pp. New York: Holt, 1933.
- 6 BROOKS, Nelson. *Language and Language Learning*, xii, 238 pp. New York: Harcourt Brace, 1960.
- 7 CARROLL, John B. *The Study of Language*, xi, 289 pp. Cambridge, Mass.: Harvard U. P. (London: Oxford U. P.), 1953.
- 8 CHERRY, Colin. *On Human Communication*, xiii, 333 pp. New York: Science Editions, 1961.
- 9 CHOMSKY, Noam. *Syntactic Structures*, 116 pp. The Hague: Mouton (Janua Linguarum 4), 1957.
- 10 CORDER, S. Pit. *English Language Teaching and Television*, iv, 107 pp. London: Longmans, 1960.
- 11 CORNELIUS, Edwin T., Jr. *Language Teaching*, vii, 168 pp. New York: Crowell, 1953.
- 12 FERGUSON, Charles A., and GUMPERZ, John J. (ed.). *Linguistic Diversity in South Asia*, vii, 118 pp. Bloomington, Indiana: Indiana University Research Center in Anthropology, Folklore and Linguistics (Publication 13), 1960.
- 13 FIRTH, J. R. *Papers in Linguistics 1934-1951*, xii, 233 pp. London: Oxford U. P., 1957.
- 14 FIRTH, J. R., and others. *Studies in Linguistics Analysis*, vii, 205 pp. Oxford: Blackwell, 1957.
- 15 FRANCIS, W. Nelson. *The Structure of American English*, v, 614 pp. New York: Ronald Press, 1958.
- 16 FRIES, Charles C. *The Structure of English*, xi, 304 pp. New York: Harcourt Brace, 1952; London: Longmans, 1957.
- 17 GIMSON, A. C. *An Introduction to the Pronunciation of English*. London: Edward Arnold, 1962.
- 18 GLEASON, H. A., Jr. *Introduction to Descriptive Linguistics*, ix, 389 pp. New York: Holt, 1955.
- 19 GOUGENHEIM, G., MICHEA, R., RIVENC, P., and SAUVAGEOT, A. *L'Élaboration du Français Élémentaire*, 256 pp. Paris: Didier, 1956.
- 20 GRAY, G. W., and WISE, C. M. *The Bases of Speech*, xiii, 562 pp. New York and London: Harper, 1958.
- 21 GUBERINA, P., and RIVENC, P. *Voix et Images de France: cours audiovisuel*, xl, 195 pp. Paris: Didier, 1961.
- 22 GURREY, P. *Teaching English as a Foreign Language*, vii, 200 pp. London: Longmans, 1955.
- 23 GURREY, P. *Teaching the Mother Tongue in Secondary Schools*, x, 219 pp. London: Longmans, 1958.
- 24 HALL, Robert A., Jr. *Linguistics and Your Language*, xi, 265 pp. (formerly *Leave Your Language Alone!*). New York: Anchor Books, 1960.
- 25 HARRIS, Zellig S. *Structural Linguistics*, xvi, 384 pp. (formerly *Methods in Structural Linguistics*). Chicago: Phoenix Books, 1960.
- 26 HILL, Archibald A. *Introduction to Linguistic Structures*, xi, 496 pp. New York: Harcourt Brace, 1958.
- 27 HOCKETT, Charles F. *A Course in Modern Linguistics*, xi, 621 pp. New York: Macmillan, 1958.
- 28 HUTCHINSON, Joseph C. *The Language Laboratory*, vi, 85 pp. Washington: U. S. Department of Health, Education and Welfare (Bulletin 23), 1961.
- 29 JAKOBSON, Roman, and HALLE, Morris. *Fundamentals of Language*, ix, 87 pp. The Hague: Mouton (Janua Linguarum 1), 1956.
- 30 JONES, Daniel. *The Phoneme: Its Nature and Use*, xvi, 267 pp. Cambridge: Heffer, 1950.
- 31 JONES, Daniel. *An English Pronouncing Dictionary*, xlv, 538 pp. London: Dent (11th ed.), 1956.
- 32 JONES, Daniel. *Outline of English Phonetics*, xx, 378 pp. Cambridge: Heffer (8th ed.), 1956.
- 33 JONES, Daniel. *The History and Meaning of the Term "Phoneme"*, 20 pp. London: International Phonetic Association (University College London), 1957.
- 34 JOOS, Martin. *Acoustic Phonetics*, 136 pp. Baltimore: Linguistic Society of America (Language monograph 23), 1948.
- 35 JOOS, Martin (ed.). *Readings in Linguistics*, viii, 421 pp. Washington: American Council of Learned Societies, 1957.
- 36 KAISER, L. (ed.). *Manual of Phonetics*, xv, 460 pp. Amsterdam: North Holland, 1957.
- 37 LADEFOGED, Peter. *Elements of Acoustic Phonetics*, vi, 118 pp. Edinburgh: Oliver & Boyd, 1962.
- 38 LADO, Robert. *Linguistics Across Cultures*, viii, 141 pp. Ann Arbor: Michigan U. P., 1957.
- 39 LADO, Robert. *Language Testing*, xiii, 389 pp. London: Longmans, 1961.
- 40 LEE, W. R. *English Intonation: A New Approach*. Amsterdam: North Holland, 1958.
- 41 LEES, Robert B. *The Grammar of English Nominalizations*, xxvi, 206 pp. Bloomington, Indiana: Indiana University Research Center in Anthropology, Folklore and Linguistics (Publication 12), 1960; The Hague: Mouton, 1963.
- 42 LONG, Ralph B. *The Sentence and Its Parts*, 528 pp. Chicago: U. P., 1961.
- 43 MALMBERG, Bertil. *La Phonétique*, 136 pp. Paris: Presses Universitaires de France (Que sais-je? 637), 1960.
- 44 MACCARTHY, P. A. D. *English Pronunciation*, viii, 179 pp. Cambridge: Heffer, 1944.
- 45 MCINTOSH, Angus. *Introduction to a Survey of Scottish Dialects*, xii, 122 pp. Edinburgh: Nelson (for University of Edinburgh), 1952.
- 46 MILLER, George A. *Language and Communication*, xiii, 298 pp. New York: McGraw-Hill, 1951.
- 47 NIDA, Eugene. *A Synopsis of English Syntax*, lxviii, 133 pp. Norman, Oklahoma: Summer Institute of Linguistics, 1960.
- 48 O'CONNOR, D. J., and ARNOLD, G. F. *Intonation of Colloquial English*, viii, 270 pp. London: Longmans, 1961.

- 49 ORTON, Harold, and DIETH, Eugen. *Survey of English Dialects: Introduction*, 112 pp. Leeds: E. J. Arnold, 1962.
- 50 PALMER, Harold E., and BLANDFORD, F. G. *A Grammar of Spoken English*, xxxviii, 298 pp. Cambridge: Heffer (Tokyo: Maruzen), 1951.
- 51 PENFIELD, Wilder, and ROBERTS, Lamar. *Speech and Brain Mechanisms*, xiii, 286 pp. Princeton: U. P. (London: Oxford U. P.), 1959.
- 52 PIKE, Kenneth L. *Phonetics*, ix, 182 pp. Ann Arbor: Michigan U. P., 1943.
- 53 PIKE, Kenneth L. *Language in Relation to a Unified Theory of the Structure of Human Behaviour*, x, 170; v, 85; vii, 146 pp. Glendale, California: Summer Institute of Linguistics, 3 vols. 1954-60.
- 54 POTTER, Simeon. *Language in the Modern World*, 221 pp. Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books, 1960.
- 55 *Principles of the International Phonetic Association*, 53 pp. London: International Phonetic Association (University College London), 1949.
- 56 QUIRK, Randolph. *The Study of the Mother Tongue*, 23 pp. London: Lewis (for University College London), 1961.
- 57 QUIRK, Randolph. *The Use of English*, viii, 333 pp. London: Longmans, 1962.
- 58 QUIRK, Randolph, and SMITH, A. H. (ed.). *The Teaching of English*, 192 pp. London: Secker & Warburg (Studies in Communication 3), 1959.
- 59 *Report of the Commonwealth Conference on The Teaching of English as a Second Language* ("The Makerere Report"), 56 pp. Entebbe, Uganda: Uganda Government Printer; London: Commonwealth Education Liaison Unit, 1961.
- 60 ROBERTS, Paul. *Patterns of English*, v, 314 pp. New York: Harcourt Brace, 1959.
- 61 ROBERTS, Paul. *English Sentences*, 294 pp. New York: Harcourt Brace, 1962.
- 62 ROBINS, R. H. *Ancient and Mediaeval Grammatical Theory in Europe*, vii, 104 pp. London: Bell, 1951.
- 63 SAPIR, Edward. *Language*, vii, 258 pp. New York: Harcourt Brace, 1921. (Reprint, Harvest Books, 1949.)
- 64 SAPORTA, Sol (ed.). *Psycholinguistics: A Book of Readings*, xv, 551 pp. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1961.
- 65 de SAUSSURE, Ferdinand (trans. Wade Baskin), *Course in General Linguistics*, xvi, 240 pp. London: Peter Owen, 1960 (Original: *Cours de Linguistique Générale*, 2^a ed., 1963).
- 66 SCOTT, N. C. *The Place of Phonetics in the University*, 26 pp. London: School of Oriental and African Studies, 1961.
- 67 SEBEOK, Thomas A. (ed.). *Style in Language*, xvii, 470 pp. New York: Wiley, 1960.
- 68 SKINNER, B. F. *Verbal Behaviour*, x, 478 pp. London: Methuen (Century Psychology Series), 1957.
- 69 SLEDD, James. *A Short Introduction to English Grammar*, 346 pp. Chicago: Scott Foresman, 1959.
- 70 STEVENS, S. S. and DAVIS, H. *Hearing: Its Psychology and Physiology*, xv, 489 pp. New York: Wiley, 1948.
- 71 STRANG, Barbara M. H. *Modern English Structure*, x, 201 pp. London: Edward Arnold, 1962.

- 72 ULDALL, H. J. *Outline of Glossematics, vol. 1: General Theory*, v, 87 pp. Copenhagen: Cercle Linguistique de Copenhagen (Travaux 10), 1957.
- 73 ULLMANN, Stephen. *Semantics*, 278 pp. Oxford: Blackwell, 1962.
- 74 WAYMENT, Hilary (ed.). *English Teaching Abroad and the British Universities*, 63 pp. London: Methuen, 1961.
- 75 WEINREICH, Uriel. *Languages in Contact*, xii, 148 pp. New York: Linguistic Circle of New York (Columbia University), 1953.

SBD/FFLCH/USP	
SEÇÃO DE <i>Artes</i>	
AQUISIÇÃO <i>CI CAPES</i>	VALOR
<i>Fernando Rêgo</i>	<i>100,00</i>
DATA <i>17/5/57</i>	TOMBO <i>1779</i>